



UFSM

Monografia de Especialização

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORPO DOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Leila Cristiane Pinto Finoqueto

PPGCMH

Santa Maria, RS, BRASIL

2004

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORPO DOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

por

Leila Cristiane Pinto Finoqueto

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência do Movimento Humano, sub-área de Pedagogia do
Movimento Humano, da Universidade Federal de Santa Maria
(RS), como requisito parcial à obtenção do grau de **Especialista
em Pesquisa e Ensino do Movimento Humano, sub-Área de
Pedagogia do Movimento Humano.**

PPGCMH

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORPO DOS
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Elaborada por
Leila Cristiane Pinto Finoqueto

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Ciência do Movimento Humano, sub-Área
de Pedagogia do Movimento Humano.**

BANCA EXAMINADORA:

Angelita Alice Jaeger
(Orientadora)

Maria Inês Naujorks

Marta de Salles Canfield

Isabel Cristina Baggio

Santa Maria, 16 de novembro de 2004.

A ti minha filha...
Pelo teu calor, olhar, sorriso...
Pela tua presença em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão breve e tão intenso vêm à memória todos os olhares, gestos e palavras que compuseram atos de incentivo, carinho e admiração. Mais uma etapa importante em nossas vidas foi vivida e superada, pois acredito que os desafios servem para aprender, buscar melhorar e errar cada vez menos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pelas oportunidades que tive em meu caminho. Hoje eu entendo que existem momentos na vida em que as palavras não bastam para explicar ou compreender as bênçãos, nestes momentos, me bastou acreditar.

Agradeço ao milagre da vida (que personifica Deus em nosso caminho) ao constituir a minha família junto ao meu amado marido Charles que está ao meu lado de maneira tão cúmplice, apaixonada e incentivadora, “sempre gostei da morena é minha cor predileta” e ao nosso bem mais preciso: nossa filha Maria Eduarda. À minha família, principalmente, à minha mãe Gládis pelo apoio incondicional e confiante (muitas vezes me peguei sendo mais você do que eu mesma e quero que saibas que carrego tua essência... isto é para sempre!), ao meu querido irmão Luiz, carinhoso, surpreendente e batalhador e ao Carlito pelo seu companheirismo e dedicação.

À minha orientadora Angelita Alice Jaeger pela especial paciência que demonstrou durante a reta final de execução deste trabalho e ainda creditou esforços para a execução de novos projetos tão sonhados e batalhados na minha formação.

Aos professores e professoras do CASE, sem os quais não teria um espaço tão amistoso e acolhedor para a realização desta monografia e, também, por colaborarem no meu crescimento profissional e pessoal.

Aos monitores e monitoras, servidores em geral do Centro de Atendimento Sócio-Educativo de Santa Maria com os quais tive oportunidade de dialogar e que se mostraram atenciosos e gentis.

Aos adolescentes que participaram desta leitura, expondo suas histórias e, por conseqüência, suas vidas. Espero que minha contribuição não se resuma a mera especulação, pois estaria espoliando seus reveses sem oportunizar uma reflexão mais profunda sobre a realidade que vivenciam.

À direção do CASE pela oportunidade cedida, a confiança e o respeito ao trabalho que busquei desenvolver, muitas vezes, adentrando nas particularidades e cotidianidade da Instituição.

Aos mestres que compartilharam suas experiências ao longo das aulas da Pós-Graduação, sem os quais não teríamos momentos de escuridão, de dúvidas, incertezas e superação.

À minha preciosa banca examinadora e as sugestões que suscitaram críticas que nos foram tão úteis e presentes durante a construção deste trabalho.

Enfim, ao privilégio de compartilhar esta experiência que me fez crescer como ser humano.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
SUMÁRIO	v
LISTA DE ANEXOS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT.....	viii
CAPÍTULO I- OS PRIMEIROS CAMINHOS PERCORRIDOS	5
1.Apresentando a Temática.....	6
1.2. Justificativa do Estudo.....	18
1.3. Os Caminhos da Investigação.....	31
CAPÍTULO II-CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO.....	35
2.1. A Instituição Social: Um Resgate Histórico.....	36
2.2. A Adolescência em Conflito com a Lei.....	46
2.3. Representações da Família, Amigos e do Envolvimento com Delitos	63
CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORPO: DISCURSOS E PRÁTICAS	72
3.1. As Representações Sociais de Corpo dos Adolescentes em Conflito com a Lei, Internos do CASE. <i>Os Corpos Silenciosos</i>	73 79
<i>Os Corpos Forjados</i>	88
<i>Os Corpos Transgressores</i>	92
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
4.1. A Construção das representações Sociais de Corpo...	98
CAPÍTULO V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
ANEXOS.....	112

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A- Questões analisadas.....	113
ANEXO B- Carta ao Juiz da infância e da juventude.....	120
ANEXO C- Reportagem veiculada pelo Jornal A Razão de Santa Maria	129

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORPO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

AUTORA: LEILA CRISTIANE PINTO FINOQUETO

ORIENTADORA: ANGELITA ALICE JAEGER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 16 de novembro de 2004.

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos é recente, pois as marcas de legislações anteriores definiram ações de repressão arbitrárias no que se referia às crianças e aos adolescentes que não tinham respaldo familiar ou necessitavam utilizar a rua como meio de sobrevivência. Essa realidade repercute na discussão estabelecida em torno do corpo, afirmando-se na sociedade contemporânea como questão de entendimento nas relações humanas, estabelecido de forma consciente ou inconsciente. Neste ponto convergem as representações sociais de corpo construídas em espaços plurais, heterogêneos e diversificado de informações. Estas afirmações introduzem alguns elementos presentes no mundo dos adolescentes que cometem atos infracionais, encontrando-se no cumprimento de medidas sócio-educativas no Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE) de Santa Maria-RS. O estudo da construção das representações mostra-se significativo, pois internalizam uma linguagem, uma interpretação de mundo e, principalmente, uma atitude. Assim, objetivei neste estudo

analisar a construção das representações sociais de corpo dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas no CASE, a partir da vivência destes na instituição. A investigação constitui-se numa pesquisa qualitativa, utilizando-se da observação participante, conversas informais, anotadas detalhadamente em um diário de campo, acrescidas pelas informações da entrevista semi-estruturada. Participaram deste estudo 32 adolescentes de 12 a 21 anos, do sexo masculino, internados na instituição no período de maio de 2003 a fevereiro de 2004. As representações sociais do corpo construídas pelos adolescentes internos do CASE não se ausentam dos novos corpos que emergem como objetos de consumo, como experiência no mundo, rebelde aos padrões convencionais, passivo diante das limitações econômicas, transgressor e polêmico, pois foram tecidos no seio das contradições e complexidade contemporânea. A partir do reconhecimento e o desvelamento das experiências dos adolescentes revelaram-se grupos distintos neste contexto: os corpos silenciosos, os corpos forjados e, por fim, os corpos transgressores. Compreender a construção das representações sociais do corpo dos adolescentes em conflito com a lei que se encontravam internados no CASE, significou percorrer matizes significativas dos diferentes corpos, construídos na imensidão da heterogeneidade, pluralidade e multiplicidade da sociedade.

Palavras-chave: representação social – adolescentes em conflito com a lei - corpo

ABSTRACT

Post Graduation monograph
Pos Graduate Program in Human Movement Sciences
Federal University of Santa Maria

SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE BODY OF LAW BREAKER ADOLESCENTS

AUTHOR: LEILA CRISTIANE PINTO FINOQUETO

ADVISER: ANGELITA ALICE JAEGER

DATA AND PLACE: Santa Maria, 16 de novembro de 2004.

It is recent the children and adolescent recognition as subject of rights once that previous legislations have established arbitrary repression actions in relation to the children and adolescents without familiar support having on the street their way of survival. Such reality influences the discussion around the body standing out on contemporary society as understanding question in human relations, consciously or unconsciously established. At this point, converge the social body representations constructed in plural, heterogeneous and several information spaces. Such statements introduces some features in the world of law breaker adolescents carrying out social educative measures on Social Educative Assistance Center (CASE) of Santa Maria – RS. The study of the construction of representations is notable by express a language, a world interpretation as well as an attitude. Thus, the present study analyses the building of the body social representations of law breaker adolescents carrying out social-educative measures on CASE

starting from their experiences in the institution. The investigation is a qualitative research which uses observation participant and informal conversations related in a field diary increased by the information of semi-structured interview. Took part in the study 32 male internal adolescents of CASE aging between 12 and 21 years old interned during the period of may 2003 to February 2004. The body social representations constructed by internal adolescents of CASE do not stay away from the new bodies emerging as consumption objects, world experience, wild to the conventional patterns and passive in front of economical restrictions because they were molded in the heart of contemporary complexity. Starting from the recognition and uncovering of the adolescents experiences different groups appeared in that content: silent bodies, forged bodies and, finally, violation bodies. Understand the building of the body social representation of law breaker adolescents of CASE meant to go through significant blends of the different bodies on the immensity, diversity, plurality and multiplicity of society.

Key-words: Social Representantion - law breaker adolescents – body.

CAPÍTULO I

OS PRIMEIROS CAMINHOS PERCORRIDOS

1.1. Apresentando a Temática

Enveredar pela juventude em conflito com a lei requer conhecer, primeiramente, as diferentes concepções e tratamentos despendidos às crianças e aos adolescentes no Brasil. Estudiosos como ÁRIES (1981) e MARCÍLIO (1998), revelam a existência de práticas em separar, classificar e caracterizar as crianças e os adolescentes pertencentes às classes menos favorecidas da sociedade brasileira, em relação às crianças e aos adolescentes das classes abastadas. Prova desta política excludente encontra-se nas políticas adotadas no início do século XX que davam conta de aglomerar crianças abandonadas, órfãs ou deficientes colocando-as sob a tutela de instituições filantrópicas, assistencialistas ou caritativas, tornando-as propriedade do Estado que, por sua vez, detinha o poder de se utilizar serviços de crianças a partir de uma idade tenra.

Com o advento da República, o tratamento despendido às crianças e aos adolescentes marginalizados definiu claramente a política de caráter controlador e estigmatizante, compreendendo a criança oriunda das classes pobres como "classes perigosas (...) caracterizadas como "menor", devendo ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho" (MARCÍLIO, 1998, p. 224).

MARCÍLIO (1998) destaca ainda, que o primeiro conjunto de leis efetivado no Brasil com vistas à criança foi o Código de Menores, datado

de 1927, construído especificamente para controlar a infância e a adolescência abandonada ou delinqüente.

A partir da década de 60 do século XX, com a Declaração dos Direitos da Criança e a reunião de esforços de intelectuais, das instituições de atendimento e de proteção ao adolescente em conflito com a lei, efetivam-se políticas que reconhecem todas as crianças e os adolescentes como sujeito de direitos. Tendo como princípio primeiro a compreensão que todas as crianças

absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.¹

Em 1990, efetivaram-se em forma de lei os avanços produzidos pelos discursos da Declaração dos Direitos da Criança, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 8069/90, o qual determinava quais medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: seja pela ação ou omissão da sociedade e/ou Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais e responsáveis, ou, por fim, pela conduta da própria criança e/ou do adolescente.

Portanto, o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos e deveres é recente, pois as marcas de legislações

anteriores definiram ações de repressão arbitrárias no que se refere às crianças e aos adolescentes que não tinham respaldo familiar ou necessitavam usar a rua como sustento.

Alguns autores como ARPINI (1999), ARIÉS (1981) e SENE & MOREIRA (1998), constataam que as diferenças sócio-econômicas, provenientes da desigualdade social, promotora da miserabilidade em que se encontra a população brasileira, foram elementos relacionados com a violência, construindo um vínculo estreito entre pobreza e marginalidade, no intuito de obscurecer a origem da miséria e favorecer os valores capitalistas, de aparências, de consumo, priorizados pela classe dominante e/ou privilegiada, sobrepostos desta maneira, aos direitos coletivos e sociais.

Para LANE (1994) a fala do ser humano reproduz o entendimento que se faz do grupo social ao qual pertence, como também assume a ideologia que está inscrita nas relações sociais desse grupo. O indivíduo que se afasta desta doutrina é afastado do convívio social na razão de ser considerado “marginal, anormal”.

Segundo ALVES (2001) a desigualdade entre as classes no Brasil, além de secular, possui razões variadas para sua perpetuação, geradora do assistencialismo como mecanismo de manutenção do sistema e da conseqüente negação velada de oportunidades sócio-econômicas e, principalmente, da continuidade da elite no poder.

¹Princípio nº 1 da Declaração dos Direitos da Criança. Fonte: http://www.unicef.org/brazil/decl_dir.htm Data de consulta: 23/06/2004.

A lógica social caracterizada por GUARESCHI (1992), DEMO (1998) e KEIL (2001) como uma política neoliberal, competitiva e excludente, determina a exclusão social como uma questão que perpassa a carência material, pois tal realidade constrói um sentimento de não pertença da sociedade. A agregação da pobreza, do desemprego e da fragilidade dos laços sociais evidencia-se como um conjunto de fatores determinantes, fatos sem possibilidades de superação, quase irreversível, um aniquilamento.

Assim, apresenta-se a nova exclusão, resultado segundo KEIL (2001), do capitalismo pós-moderno e da mundialização ou globalização, termo amplamente utilizado. Esta perspectiva que se coloca, evidencia o desaparecimento das fronteiras. As oportunidades se mostram iguais para todo mundo, todos possuem condições de galgar postos, ascender socialmente. Em tese ocorre a inclusão total, as diferenças desaparecem em benefício dos que efetivamente podem usufruir a igualdade que só o capital pode fornecer.

Estas assertivas evidenciam a realidade de adolescentes em situação de risco pessoal e social. Sendo que a definição deste conceito denota os avanços sociais, reveladores de novas compreensões sobre a criança e o adolescente institucionalizado ou vítima de abusos e maus tratos. No caso específico dos adolescentes que se encontram internados em instituições de atendimento sócio-educativo, são adotadas medidas previstas ou determinadas pelo Sistema Judiciário, através do Juiz da Vara da Infância e da Juventude. São meios utilizados para conscientizar, proteger ou

punir o adolescente pelas infrações cometidas, meios estes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para Adorno apud NEVES (1997, p. 39), “os jovens em situação de risco são crianças e adolescentes pertencentes a determinados segmentos das classes populares, cujas características de vida- trabalho, profissionalização, saúde, habitação, escolarização, lazer- situam-se entre as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, em posição de dependência em face das instituições de amparo assistencial e de intervenção legal”.

Estas constatações acerca da realidade da infância e da juventude brasileira introduzem alguns elementos presentes no mundo dos adolescentes que cometem atos infracionais, encontrando-se no cumprimento de medidas sócio-educativas no Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE) de Santa Maria-RS. Para compreender a complexidade da vivência destes, é fundamental fazer uma leitura dos diferentes contextos com o qual o sujeito interage, comunica-se e constrói seus referenciais de conduta e interpretação do mundo e de si mesmo.

É necessário conhecer as influências percebidas ou sentidas por estes a partir de cada pessoa com qual estabelece vínculo, tanto na instituição quanto em outros contextos sociais. O alcance exercido por grupos como a família, os amigos, o trabalho, a escola, entre outros, são ambientes que colaboram positiva ou negativamente para a formação da personalidade dos adolescentes e que servem de base para a compreensão e o esclarecimento dos comportamentos adotados enquanto lógica social.

Esta compreensão é pertinente, pois esclarece significativamente a importância do contexto e as influências que sofre o indivíduo, percebendo desta maneira o que afirmam GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (1999), que no encontro das pessoas em suas falas, argumentações do cotidiano, seja nas ruas, nas instituições, nos meios informais de comunicação social, movimentos sociais, nos atos de resistência é que são formadas suas representações sociais, impregnadas de mitos, da herança cultural e histórica de suas sociedades. Portanto, conhecer os fatos históricos que constituem a formação das instituições, destinadas ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, se faz necessário à medida que reflete o avanço ou o retrocesso dos conhecimentos adotados pela sociedade como um todo.

A internação em uma instituição que representa, simultaneamente, a repressão para o adolescente, o direito à proteção, segundo os avanços científicos e a oportunidade de ressocialização de acordo com a instituição, são paradigmas que simbolizam conflituosamente a estrutura social dominante, refletindo a história da sociedade marcada nas representações sociais de corpo de indivíduos, que se (re) constroem a partir de suas leituras, releituras e interpretações. As representações sociais de corpo tornam-se significativas, pois internalizam uma linguagem, uma interpretação de mundo e, principalmente, uma atitude.

De acordo com LE BRETON (2002), as representações de corpo e os saberes que o cercam, atrelados a um estado social, a uma visão de mundo e, dentro deste último, de uma definição da pessoa configuram-se

como uma construção simbólica, mas não uma realidade em si mesmo. Por esta definição se faz necessário buscar o sentido das representações em cada sociedade, pois cada sociedade representa um tipo de corpo.

Una simbólica corporal traduce la especificidad de la relación con el mundo de un grupo en un parentesco singular, impalpable pero eminentemente preponderante, que conoce innumerables matices según las pertenencias sociales, culturales o regionales, las generaciones (...) El individuo habita su cuerpo de acuerdo con las orientaciones sociales e culturales que lo atraviesan, pero vuelve a representarlas a su manera, según su temperamento y su historia personal (LE BRETON, 2002, p.150).

Para GOMES (1994), a representação corporal se configura como a forma pelo qual o corpo é visto, vivido e percebido por determinada sociedade, grupo social ou indivíduo que nela se encontra inserido em dado período histórico. Neste sentido, os códigos e mecanismos de construção da linguagem corporal são roupas, adornos, aparência física, gestos corporais e maneiras de se movimentar. Para a autora, códigos como característica racial não variam no indivíduo de um momento para o outro, mas roupas, gestos corporais podem sofrer variações na representação, dependendo do lugar de onde se fala.

O discurso da modernidade, instaurado pela valorização da razão, serviu como discurso dominante, determinando o poder aos homens da Razão, inversamente, definiram a desvalorização do corpo e seus usos. Ver o homem como um ser histórico e afastado da visão dualista, inaugurada historicamente por Descartes, é um fenômeno do final do

século XX, visitado por autores como SANTIN (1987, 2000); GONÇALVES (1994); BRUHNS (2000) que contextualizam a condição humana.

A visão do corpo inserido no mundo social ultrapassa a dimensão de corpo utilitário e/ou ferramenta, objeto de manipulação ou exploração, mas como elemento cultural, mediador dos fenômenos. Para que isto ocorra, o corpo se mostra como o observado-observável, desnudando o mundo e sendo desnudado por ele. Percebe-se um profundo fluxo, onde cada corpo é parte integrante da corporeidade do outro, pois significamos a partir do outro.

Duas idéias tornam-se fundamentais para entender a condição humana. A primeira como ser-no-mundo. Homem e mundo formam um todo. O homem é mundano, e o mundo é humano. A segunda idéia busca libertar o homem dos diferentes dualismos apresentando-o como uma unidade indissolúvel (...) O momento mais radical desta redefinição do ser homem, entretanto, acontece quando ele passa a ser identificado como corpo. O modo do homem ser-no-mundo é o de ser corpo. O homem é corpo. Eu sou corpo. Evidentemente, aqui, a palavra corpo diz muito mais que o conceito corpo veiculado em nossa tradição antropológica (SANTIN, 2000, p. 13).

A partir desta concepção de corpo torna-se premente a construção das representações sociais, pois estas congregam um mundo de significados que revelam como os indivíduos, na forma de senso comum, constroem proposições, explicações, conceitos, partindo da cotidianidade, no estabelecimento das relações interpessoais. As

representações sociais mostram-se pertinentes devido ao seu caráter dialético, de produtora e resultado, no mesmo processo.

O termo representação social deve ser entendido como uma modalidade de conhecimento particular que tem por função exclusiva a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, sendo que o mais importante nas representações sociais é que ela produz e determina comportamentos, visto que define ao mesmo tempo a natureza dos estímulos que nos envolvem e nos provocam e a significação das respostas a lhe dar (Moscovici apud SÁ 1996, p.12).

De acordo com ARRUDA (2002), Moscovici buscou no conceito de representações coletivas de Durkheim a base para a teorização de fenômenos que cada vez mais se afastavam do domínio da Psicologia. Moscovici propôs uma remodelagem das representações coletivas visando tornar o conceito operacional, como também, tornar-se um conceito contemporâneo que elucidasse as informações, a especialização proveniente da intensa divisão de trabalho presente no cotidiano das pessoas.

Adota-se o seguinte conceito de representações sociais, pois entendo como o mais adequado para a presente pesquisa.

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja

possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

Tal conceitualização favoreceu a minha aproximação enquanto pesquisadora que desconhecia o contexto que estava focando as minhas indagações, portanto, encontrava-me desfamiliarizada da cotidianidade e dos significados subjacentes, necessitando estabelecer relações de origem e reprodução das normas, valores e comportamentos característicos deste determinado grupo de sujeitos. Neste intuito, busquei na realidade dos adolescentes internos do Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE) que estavam vivenciando um período decisivo em suas existências tais construções. Entendo que este contexto de privação de liberdade, a internação no CASE, torna-se um momento de conflito. O número de pessoas envolvidas; as diferentes representações sobre o adolescente em conflito com a lei; as decisões judiciais e suas interpretações; a estrutura física; a política governamental; a sociedade, que por sua vez, exige tanto a punição quanto o respeito aos direitos humanos; os tratamentos despendidos pelos diferentes profissionais do CASE são algumas variáveis que exercem influência na construção da representação social de corpo de adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas, variando de um mês a três anos.

A internação, atualmente no Brasil, ainda rotula o adolescente como ‘menor’, ‘delinqüente’, mesmo com a concepção e a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que abole o termo ‘menor’,

substituindo por criança e/ou adolescente, a reestruturação do funcionamento e da política nas instituições destinadas à internação.

Neste sentido, é pertinente a compreensão das relações estabelecidas pelos adolescentes internados em instituições de medidas sócio-educativas, pois são adolescentes, segundo o conceito da sociedade, que não estão correspondendo a um padrão desejado socialmente. As referências à infância e adolescência são determinadas pelas concepções ou entendimentos predominantes e aceitos como paradigmas pela sociedade, sendo por fim legalizados e institucionalizados (Santos apud SARAIVA, 2002).

Partindo destas constatações e teorizações, estruturei as intencionalidades deste estudo, buscando

- ✓ Analisar a construção das representações sociais de corpo dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas no CASE (Centro de Atendimento Sócio-Educativo) a partir da vivência destes na instituição.

Partindo de Jodelet apud SÁ (1998), optei por três questionamentos, os quais organizam e buscam responder as inquietações formuladas em torno do objeto de pesquisa em Representações Sociais.

De acordo com a autora é necessário responder à primeira pergunta “Quem sabe e de onde sabe?”, pois corresponde à produção e à

circulação das representações. A fim de atender este questionamento inicial, construí o seguinte objetivo

- ✓ Conhecer o contexto sócio-cultural em que são construídas as representações sociais de corpo dos adolescentes em conflito com a lei.

Posteriormente, deve-se atentar para “O que e como se sabe?” uma vez que se refere aos processos e estados das representações sociais, para tanto, aplicando-se ao contexto da pesquisa busquei

- ✓ Identificar as práticas sociais, comportamentos e discursos presentes na construção da representação social de corpo dos adolescentes em conflito com a lei.

Por fim, possibilitando a reflexão acerca dos questionamentos propostos conclui-se com a pergunta “Sobre o que se sabe e com que efeito?” o que para a autora significa “uma ocupação com o estatuto epistemológico das representações sociais” (Jodelet apud SÁ, 1998, p. 32), o qual no meu entendimento reflete a seguinte reflexão:

- ✓ Discutir à luz das representações sociais o corpo dos adolescentes em conflito com a lei, internos do CASE- Santa Maria.

1.2. Justificativa do Estudo

Durante a minha formação acadêmica estive envolvida em projetos de extensão e pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua e em situação de risco pessoal e social, esta experiência consolidou ações concretas positivas como a construção e implantação coletiva da metodologia, estruturada a partir dos estudos sobre a educação libertadora proposta por Paulo Freire, projetos de pesquisa, eventos organizados destinados às crianças e aos adolescentes em situação de rua, leituras e debates nos grupos de estudos dos educadores/pesquisadores e a inserção do Projeto na rede de atendimento criada em Santa Maria, intitulado “Nenhum a Menos”, ocorrendo regularmente cursos de capacitação no qual eram trocadas informações e experiências com educadores de outras regiões do estado e do país.

Nestas trocas pedagógicas foi se delineando o quadro problemático da infância e da adolescência no Brasil, pois a vivência desta população reflete a real desvalorização da juventude em nosso país. Os projetos sociais construídos no intuito de reverter ou sanar quadros caóticos de miséria, abandono e violência, depararam-se com o número cada vez maior de crianças que chegam às ruas e permanecem nela, criando vínculos e expectativas, evidenciando que os esforços dos educadores sociais são sobremaneira, essenciais, mas ineficientes, pois se tornam ações isoladas realizadas sem o apoio governamental adequado.

Tais constatações foram construídas a partir da minha inserção no Núcleo de Pedagogia do Movimento Humano do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria, onde o contato e posterior trabalho com as crianças e os adolescentes em situação de rua foram se concretizando. O Núcleo iniciou os projetos de extensão a partir de JAEGER (1997), que defendeu sua dissertação tendo como foco de estudo a representação corporal de crianças e de adolescentes em situação de rua de Santa Maria-RS, onde a autora constatou que o trabalho, a agressividade e a ludicidade foram valores significativos da representação corporal das crianças e dos adolescentes investigados. Este estudo aproximou significativamente a Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos das problemáticas sociais, neste caso, de crianças e adolescentes em situação de rua.

Em decorrência desta experiência, em 1998 o projeto de extensão “Se essa rua fosse minha...” (JAEGER et al., 2001), foi efetivado objetivando proporcionar atividades lúdico-pedagógicas, através da cultura corporal de movimentos, para crianças e adolescentes, que se encontravam no centro da cidade de Santa Maria-RS buscando o sustento familiar, mendigando, perambulando, consumindo entorpecentes, realizando trabalhos autônomos e/ou fugindo dos maus tratos sofridos no contexto familiar. Estas situações podem ser citadas em decorrência dos relatos irem se apresentando no decorrer das aulas desenvolvidas pelos educadores sociais.

Em meados de 2000, deu-se início a minha participação no referido projeto, no qual me tornei bolsista do extinto INDESP (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto). Cercada destas relações e questionamentos que envolvem a existência das crianças e dos adolescentes em situação de rua construí um projeto de pesquisa intitulado “Corpo: um estranho que reside no imaginário das crianças e dos adolescentes em situação de rua” (FINOQUETO, RAUBER, JAEGER, 2000), sendo estas as primeiras construções teóricas sobre os limites e exposições vivenciadas pelos corpos de crianças e adolescentes em situação de rua. Esta aproximação possibilitou-me constatar a invisibilidade imposta aos corpos frágeis, quase não percebidos pela sociedade, sem espaços para sensações como dor, carinho, afeto, respeito, corpos que perambulavam nas ruas maltrapilhos, sujos, com odores desagradáveis, desejosos/indiferentes e sem motivações.

Não obstante, para conhecer o corpo e suas manifestações era imprescindível desvelar o significado e os usos da violência, identificando como ocorria a construção da corporeidade deste segmento social impregnado de desvalorização pessoal e exclusão em todos os setores sociais. Busquei então, no período de 2000/2001, construir o projeto de pesquisa intitulado: “Violência e exclusão marcas presentes na corporeidade das crianças e dos adolescentes em situação de rua”, (FINOQUETO & JAEGER, 2003), objetivando analisar a relação da violência e da exclusão social como constructos efetivos da corporeidade das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Ao concluir esse

projeto de pesquisa, constatei que as instituições de atendimento sócio-educativo destacavam-se como uma das fontes geradoras da violência contra os adolescentes. Os relatos obtidos, na oportunidade da construção do projeto, revelaram situações com alto teor de agressividade, como também, constatei que as instituições tinham um papel representativo na vida destes adolescentes em situação de rua.

A maioria dos adolescentes com os quais estabeleci o diálogo, durante o projeto de pesquisa, já havia cumprido medida sócio-educativa, fosse no CASE (Centro de Atendimento Sócio-Educativo) localizado em Santa Maria-RS, destinado à internação de adolescentes, do sexo masculino, em conflito com a lei; seja no CASemi, caracterizado pela internação em semiliberdade e/ou no CASE de Porto Alegre-RS, do qual se obteve os relatos mais contundentes.

Neste sentido, investigar hoje o corpo dos adolescentes em conflito com a lei significa, ao meu entender, a conclusão de uma trajetória, pois o fato específico destes adolescentes encontrarem-se cumprindo medidas sócio-educativas, privados de liberdade, significa resgatar as vicissitudes e possibilidades vivenciadas em meio, na maioria dos casos, de uma infância privada de direitos, aprendendo sob as regras rígidas da sobrevivência, imbuídas de competitividade, exclusão e violência, características potencializadas nos usos e desusos dos corpos. Portanto, torna-se imprescindível focalizar como a construção da desumanidade e da indiferença que se observa nos discursos e atitudes destes grupos desenvolvem-se, pois compreendendo que são reflexos dos diferentes

contextos que permeiam a existência destes sujeitos que necessitam ser entendidos e percebidos a partir da sua maneira de interpretar a si mesmo, aos outros e ao mundo.

A construção desta pesquisa se deu por uma caminhada iniciada na academia e em reflexões pautadas na vivência e crença no ser humano. Metodologicamente, procurei esclarecer e compreender a realidade destes adolescentes a partir de um recorte de suas existências. Entendendo também, que o comprometimento social no esclarecimento de conceitos pré-concebidos, fatalistas e mantenedores do *status quo*, servem apenas aos interesses da minoria privilegiada que insiste em generalizar a pobreza como criminosa, adotando um discurso de punição, repreensão e exclusão, pois admitir que o recurso indicado à recuperação destes jovens encontra-se na internação, é aceitar que existem seres humanos melhores que outros, justificando desta maneira os extermínios e a violência.

Portanto, a relevância desta pesquisa encontra-se no fato de buscar descortinar mitos construídos acerca da adolescência em conflito com a lei. Mitos estes, que reforçam o senso comum da discriminação e exclusão, concepções que desagregam, rotulam e estigmatizam a passagem numa instituição deste caráter. Neste sentido, este trabalho científico orienta-se na revitalização do conceito de ser humano para que possamos abordar a integridade destes adolescentes-cidadãos através dos aspectos histórico, econômico e social.

E assim como Durkheim apud MOSCOVICI (2003, p. 29) afirma “nossas pesquisas não mereceriam sequer uma hora de sacrifício se elas somente tivessem um interesse especulativo”. Compreendo a construção do conhecimento científico quando atende as emergências sociais e lhes fornece construções sistematizadas e superadoras do conflito estabelecido.

Assim, esta monografia se justifica a medida que auxilia o entendimento da dinâmica estabelecida em um contexto diferenciado, promotor de relatos sobre a realidade infinitamente dialética. Envoltas na preocupação de compreender esta adolescência é que se busca analisar a construção das representações sociais de corpo dos adolescentes que se encontram internos no CASE - Santa Maria-RS.

1.3. Os Caminhos da Investigação

No início do ano de 2003 entrei em contato com o CASE-RS (Centro de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul), unidade de Santa Maria que integra a FASE-RS (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul) por intermédio do diretor interino do CASE, o qual me orientou a solicitar a autorização da pesquisa ao Juiz da Infância e da Juventude de Santa Maria (ANEXO B), na época, Exmo. Juiz Gilberto La-Flor. Após obter o deferimento do pedido, iniciei minhas visitas ao CASE em maio de 2003, a fim de buscar

espaços que proporcionassem a construção da pesquisa. Nestas incursões entrei em contato com os técnicos, monitores, chefes da monitoria e professores da instituição. O enfrentamento do estranhamento foi amenizado pelas visitas freqüentes e pelas conversas informais com as pessoas envolvidas nesta instituição, uma vez que o ambiente se apresentava hostil e tenso, pois a todo o momento ouviam-se gritos e batidas nas grades de ferro. O próprio ir e vir, tão comum em nosso dia-a-dia, tornou-se diferente devido às dificuldades e o não hábito de solicitar que fossem abertos os portões para a saída ou entrada, e até mesmo na circulação das dependências, enfim, é impossível nos primeiros encontros não sentir uma profunda sensação de enclausuramento e tensão.

Por fim, defini, a princípio, pela disponibilidade, livre acesso e maior período de contato a escola de Ensino Fundamental Humberto de Campos, localizada no interior do CASE como o espaço mais propício para a realização da investigação. A investigação aqui apresentada constitui-se numa pesquisa qualitativa, pois o entendimento que se faz desta, perpassa o que nos explicita CHIZZOTTI (1998, p. 78),

a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (...) O sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

O acesso à Escola disponibilizou o encaminhamento da pesquisa na Instituição, já que no interior dessa são muitos os profissionais que trabalham com os adolescentes. Minha inserção através da Escola foi uma oportunidade ímpar de estar dentro do CASE observando sua própria dinâmica com certo distanciamento². Seguindo esta orientação, optei pela observação participante, pois segundo CHIZZOTTI (1998, p. 90), “a atitude participante pode estar caracterizada por uma partilha completa, duradoura e intensiva da vida e da atividade dos participantes, identificando-se com eles, como igual entre pares, vivenciando todos os aspectos possíveis da sua vida, das suas ações e dos seus significados”.

Durante os primeiros contatos busquei compreender o cotidiano do CASE, os horários, regras implícitas e explícitas, comportamentos adotados pelos adolescentes em determinadas situações, as saídas permitidas nos finais de semana, as oficinas, as falas tanto dos adolescentes quanto dos funcionários da Instituição, os passeios e atividades extras. Na oportunidade, o CASE estava participando do evento promovido pelos Conselhos Tutelares da cidade de Santa Maria “Recrear para integrar”, no qual os adolescentes foram inscritos na modalidade “futebol de salão”. Estas atividades tornavam-se importantes, pois afetavam o cotidiano da Instituição, onde muitas pessoas foram mobilizadas para que essa participação fosse efetivada, como também, o

² O distanciamento refere-se à observação da dinâmica dos monitores, técnicos e os demais profissionais, inclusive os adolescentes internos sem interferir nas práticas e/ou comportamentos de cada segmento. A estrutura física do CASE favorecia que quando eu estivesse no seu interior pudesse passar despercebida.

próprio comportamento dos adolescentes tornou-se um elemento de barganha para esta saída.

No período de maio a julho de 2003, foi necessário e decorrente do processo de reconhecimento do contexto e dos sujeitos investigados, a realização de novas leituras, no intuito de superar as próprias falácias contidas na minha subjetividade, pois as concepções construídas anteriormente sobre a realidade não vivenciada ou não conhecida que era o CASE, delimitou e/ou gerou expectativas incompatíveis com tal realidade. As influências presentes neste espaço, desde a rotina dos servidores até a saída dos adolescentes da instituição estavam encharcadas de pequenas atitudes e expressões que corroboram com o sistema, rebelam-se ou assumem uma postura de imparcialidade. Um exemplo de uma situação que foi contra todas as possíveis indagações levantadas *a priori* refere-se ao fato de alguns adolescentes cometerem delitos de pequena gravidade³ para retornarem ao CASE, pois compreendem a instituição como um benefício, onde encontram um local limpo e confortável para dormir, com três a quatro refeições por dia. Na fala de alguns adolescentes, este comportamento é comum na Instituição, uma vez que os delitos se repetem e resultam na internação, independente da perda temporária de liberdade o adolescente, neste caso, sente-se beneficiado.

Nos primeiros passos da presente pesquisa, a minha participação enquanto pesquisadora não se deu de maneira muito amistosa com os

³ Entende-se de pequena gravidade furtos e/ou assaltos que não objetivam lesar fisicamente as vítimas.

adolescentes, pois a minha função era vista por alguns como de fiscalização da polícia, do juizado e até mesmo do CASE. Entretanto, com o passar do tempo, o estabelecimento de diálogos explicando minha presença e o esclarecimento dos objetivos da pesquisa, foi possível construir uma relação amistosa e respeitadora, pois os adolescentes, na maioria dos casos, revelaram interesse no tema da pesquisa.

A organização da Instituição encontra-se, principalmente, na separação dos adolescentes que ingressam no CASE, estes são divididos em dois setores, A e B, sendo que a principal distinção é que o setor A possui atividades externas, ou seja, saem nos finais de semana e durante a semana podem participar de oficinas oferecidas pelo CASE e/ou pela Escola e o setor B não disponibiliza nenhuma atividade externa. Esta distinção, que se dá inicialmente, decorre da gravidade da infração cometida pelo adolescente, sendo encaminhado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude para uma destas medidas sócio-educativas, no entanto, no decorrer do processo ocorre a progressão da medida ou extinção, sendo que o adolescente pode passar para o setor A, ir para o CASemi⁴, como também ir em definitivo para sua residência.

No CASE de Santa Maria a capacidade máxima é de 40 adolescentes, no entanto, no mês de outubro de 2003 atingiu o número de 55 adolescentes internados. Devido à flutuação e o fato de nem todos freqüentarem a Escola e/ou estarem cumprindo medidas sócio-educativas

⁴Centro de Atendimento em Semiliberdade Regional de Santa Maria – Casemi (capacidade para 25 adolescentes) destina-se à execução de Medida Sócio-Educativa em Semiliberdade a adolescentes e jovens adultos com origem na região sob jurisdição do Juizado da Infância e Juventude de Santa Maria.

com atividades extras, faz-se necessário elucidar algumas características importantes presentes no CASE e que influenciaram as reflexões construídas. Dentre elas a flutuabilidade dos adolescentes na instituição.

Devido a este fator, alguns adolescentes que conheci no início da pesquisa, ao final não se encontravam no CASE, foram para o CASemi, tiveram sua medida extinta ou, em casos raros, encontravam-se fugados⁵.

Neste sentido, para a construção desta monografia participaram 32 adolescentes de 12 a 21 anos que cometeram algum ato infracional no estado do Rio Grande de Sul e que estavam cumprindo medida sócio-educativa na cidade de Santa Maria-RS, sendo considerados, portanto, adolescentes em conflito com a lei. Considerando o número total de adolescentes mencionado é preciso destacar que com 23 adolescentes mantive um contato mais restrito e duradouro, principalmente, por intermédio da Escola nas oficinas, conversas informais e entrevista semi-estruturada.

A partir do mês de agosto de 2003, a orientadora educacional da Escola Humberto de Campos convidou-me para que juntas fizéssemos anotações a partir de conversas informais com os adolescentes, que na oportunidade estavam apresentando falta de interesse e/ou comportamentos agressivos em sala de aula. Desta experiência estruturei um relatório individual de 13 adolescentes, no qual obtive informações tais como: idade, data de nascimento, cidade de origem, tempo da internação, tempo previsto da medida, quantas internações já havia

passado e, principalmente, os diferentes comportamentos e falas apresentados pelos adolescentes quando o diálogo se estabeleceu de forma mais pessoal. Durante todo este processo mantive as identidades, origem e delitos dos adolescentes em completo anonimato, procedimento coerente com os direitos que assistem aos adolescentes. Esta postura foi reiterada desde a ocasião em que percebi que para a maioria dos adolescentes, o delito não é uma vergonha que deva ser escondida ou não revelada, pois comentavam com espontaneidade nos diálogos estabelecidos. A oportunidade de estruturar estes relatórios possibilitou-me conhecer detalhes sobre fatos pessoais e familiares presentes no histórico dos adolescentes em conflito com a lei, neste sentido, foi possível destacar dois grupos de adolescentes, assim constituídos: a) grupo de adolescentes que optaram pela vida de delitos e suas conseqüências; b) daqueles que em uma ocasião cometeram algum delito, mas consideram este fato um erro que não deverá ser repetido.

Foi de acordo com esta aproximação que optei realizar entrevistas semi-estruturadas com adolescentes que tiveram mais de uma internação nas unidades da FASE-RS⁶. Este procedimento fez-se necessário para que fossem esclarecidas algumas representações oriundas de diferentes falas que se diferenciavam de outras tantas, pois encontrei diferenças significativas nos discursos, representações de CASE, família, delitos e expectativas entre estes e os adolescentes que tinham apenas uma passagem pelo CASE.

⁵ Termo adotado pela Instituição para determinar a evasão do adolescente, encontrando-se em situação de fugado.

As observações realizadas, os relatos dos adolescentes e impressões promovidas pelos fatos foram anotados sistematicamente e minuciosamente em um diário de campo a fim de possibilitar e contribuir com a apresentação e análise de informações colhidas e no aprofundamento destas anotações com a entrevista semi-estruturada. Para LAKATOS e MARCONI (1991), a entrevista é um procedimento que tem como objetivo a obtenção de informações a respeito de determinado assunto para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social. “Trata-se de uma conversação, efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (p. 196). A entrevista semi-estruturada me possibilitou acompanhar e desvelar de maneira minuciosa, questões referentes à individualidade apresentada pelos adolescentes, pois as representações presentes em suas falas são decorrentes das diferentes experiências e interpretações que possuem do mundo que os cerca.

A partir dos meses de dezembro de 2003, janeiro e fevereiro de 2004, tracei a matriz de orientação da entrevista semi-estruturada (ANEXO A). Neste período, término do ano letivo escolar, efetivei um afastamento para elencar as questões que apresentariam informações/dados aprofundados, pois a partir das observações e conversas informais (obtidas em momentos de diálogo e que não foram sistematizadas) tornou-se acessível estabelecer as relações e as importâncias existentes neste contexto e em outros que acabam por

⁶ Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul.

influenciar na construção das representações. Após fazer um levantamento inicial pautado nas anotações contidas no diário de campo, estruturei alguns questionamentos para realizar a entrevista-piloto. Nesta ocasião foram selecionados três adolescentes com os quais tive contato através da escola e já tinham mais de uma internação. As entrevistas foram gravadas em aparelho de fita K-7 e serviram para a verificação de perguntas pertinentes e/ou desnecessárias para os objetivos da pesquisa. Assim, foi neste momento que descartei perguntas de extrema subjetividade que os adolescentes não tinham condições de compreender e responder, como também, os adolescentes sugeriram questionamentos a partir de suas vivências que não estavam contemplados nas perguntas orientadoras. Esta etapa foi importante também, como um treinamento pessoal para delimitar a minha atuação cercado-me de cuidados para não induzir ou cercear os sujeitos das suas representações. Após a realização das entrevistas-piloto deu-se início as entrevistas dos sujeitos do estudo, onde foram selecionados doze adolescentes. No entanto, recebi a informação de que naquele momento era inviável fazer com seis dos adolescentes solicitados, pois na oportunidade, um estava fugado, outro havia sido encaminhado para o CASemi, o terceiro foi encaminhado para atendimento especial por suspeita de tentativa de suicídio e os outros três encontravam-se com a medida extinta. Ao final, foi possível entrevistar seis adolescentes que atendiam ao requisito de duas internações e demonstraram interesse em participar da investigação.

Concluí que as informações resultantes destas entrevistas já possuíam a riqueza necessária para as devidas reflexões.

As entrevistas foram realizadas no refeitório dos respectivos setores, pois se a entrevista ocorresse com um adolescente do setor B, este só poderia se dirigir para o refeitório do seu setor. Estes cuidados são oriundos da monitoria para que não ocorresse nenhum encontro que resultasse em atritos entre os adolescentes internos. O procedimento utilizado no decorrer da entrevista partia de um momento de esclarecimento ao adolescente sobre os objetivos da pesquisa e explicando o processo que havia começado nas salas de aula com as observações e explicitava os temas que a entrevista abordaria, pois as questões referentes aos dados pessoais eram importantes e o adolescente deveria estar consciente que seria questionado. Destacava também, que as identidades originais seriam preservadas sendo utilizados nomes fictícios para não prejudicar e/ou desrespeitar os seus direitos. Após esta conversa inicial e do consentimento do adolescente em iniciar a entrevista, ligava o aparelho e dava seguimento às questões propostas pela matriz de orientação. Em média as entrevistas demoravam aproximadamente 1h e 15 min, em alguns casos, os adolescentes contavam suas histórias com detalhes o que por vezes fez a entrevista ser concluída em outro dia. Em outros casos, a objetividade e concisão do adolescente não ofereciam brechas para o desdobramento das indagações e, por vezes, exigia perguntas complementares para abordar os fatos num nível mais profundo. As entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro.

Após a conclusão das entrevistas, estas foram transcritas literalmente no intuito de organizar e categorizar as falas dos adolescentes.

Para finalizar é fundamental dizer que a construção da presente investigação resultou na construção de um caminho peculiar, forjado no decorrer desta investigação e composta de observações participantes e conversas informais anotadas detalhadamente em um diário de campo com informações acrescidas pela entrevista semi-estruturada, apresentada na forma de questões. Por fim, a fundamentação teórica e a sensibilidade foram essenciais para a apresentação das reflexões finais que auxiliaram na compreensão do fenômeno estudado.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

2.1. A Instituição Social: Um Resgate Histórico

A existência de instituições de proteção aos direitos da criança e do adolescente deve ser compreendida como um fato decorrente de uma demanda social, não ocorrendo de maneira espontânea, refletindo as necessidades impostas pelos avanços ou retrocessos das concepções e valorações de ser humano que a sociedade premia. Como citei anteriormente, este trabalho é resultado de uma trajetória com crianças e adolescentes em situação de rua que, em alguns casos, culminaram sua jornada com a internação em instituições de atendimento sócio-educativo. Durante o processo de construção da pesquisa foi necessário conhecer o funcionamento desta instituição para que concepções errôneas não fossem apresentadas, pois a minha concepção era proveniente das falas dos adolescentes que cumpriram medidas sócio-educativas em anos anteriores.

O surgimento da FASE- RS, a partir de uma concepção de atendimento vem corresponder aos dispositivos do ECA, rompendo com o paradigma correcional-repressivo que orientava a política do bem-estar do menor que, no Rio Grande do Sul, vigorou desde 1945. Para acompanhar as mudanças legais apontadas e adequar as instituições de atendimento a crianças e aos adolescentes às diretrizes da Doutrina de Proteção Integral, presentes no ECA, fez-se necessário o reordenamento institucional dessas entidades em todo país. Esse processo de reordenamento culminou na constituição da FASE- RS.

Atendendo aos critérios expostos no Art. 92 incisos I ao IX foi criada a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS), a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento institucional definido pela Lei 8.069/90.

Um dos mais importantes avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foi a distinção entre o tratamento a ser dispensado a crianças e adolescentes vítimas de violência e abandono e o tratamento a ser dispensado aos adolescentes autores de ato infracional. Com isso, foi alterada a lógica de atendimento direcionada a estes públicos, especializando-se a FASE no atendimento exclusivo a adolescentes autores de atos infracionais com medida judicial de internação ou semiliberdade⁷.

A atual configuração da rede de atendimento que existe no Rio Grande do Sul também se deve a reunião de esforços para a valorização dos direitos e deveres da criança e do adolescente. No intuito de contextualizar as diferenças existentes entre a criação da FUNABEM⁸, na década de 60, até a criação da FASE-RS⁹ se faz relevante, devido aos princípios norteadores e as políticas sociais adotadas pelo Estado, esclarecer a evolução tanto das leis quanto das medidas efetivadas e do pensamento da sociedade com relação à infância e a juventude no Brasil.

Para CARDOSO (2000, p. 34), “... uma análise detalhada das representações sociais e de suas transformações ou substituições, no

⁷ Informação obtida através do site www.fase.rs.gov.br. Obtidas em 05/06/2003

⁸ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

tempo, na sociedade em estudo, pode servir para uma inferência confiável das motivações envolvidas naqueles processos decisórios que orientem as ações dos sujeitos individuais ou coletivos”.

A década de 60, segundo ALVES (2001), iniciou com o impacto da Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1959. Passando a vigorar na conformidade de dez princípios:

visando que a criança¹⁰ tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados e apela a que os pais, os homens e as melhores em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os Governos Nacionais reconheçam este direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas¹¹.

Ainda no ano de 1964 foi criada, pela Lei Federal nº 4.513, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor –FUNABEM. Competia a este órgão formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. Apesar dos princípios fixados beneficiarem às crianças, com programas de assistência à família, criação de instituições de cunho mais familiar e respeito às diferenças regionais. Paralela e antagonicamente, a Política de Segurança Nacional definia o

⁹Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul.

¹⁰A criança, neste sentido, é entendida como menor de dezoito anos, salvo quando atingida a maioridade, por intermédio da lei.

menor como problema de segurança, colocando em questão a ordem pública subvertida pelas ações criminosas dos mesmos (ALVES, 2001).

As ações regionais representam o esforço em colocar em ação as políticas adotadas no âmbito nacional. O Estado de São Paulo em 1973 criou a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (PROMENOR) com o intuito de complementar as ações governamentais. No Rio Grande do Sul foi criada a FEBEM-RS (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) através da Lei nº 5747, de 17 de janeiro de 1969, a qual executou, em âmbito estadual, a política nacional do bem-estar do menor, ditada pela - FUNABEM.

Em 1979 foi aprovada a revisão do Código de Menores, atendendo o exposto na Declaração dos Direitos da Criança de 1959, ficando conhecido como Doutrina da Situação Irregular. Esta filosofia prevaleceu por muitos anos como norteadora das políticas públicas direcionadas à infância e à juventude, até que a legislação começou a ser modificada com o advento da abertura política, momento em que foi possível revelar os dados da CPI do Menor, o acontecimento de manifestações, fóruns de discussão e a comprovação definitiva que a maioria dos internamentos se dava pelo fato das famílias serem de baixa renda.

Os anos 80, do século XX, legou para a sociedade brasileira a Constituição Federal, promulgada em 1988, abrindo caminho, a partir do artigo 227, para a elaboração do ECA¹², em 1990 (ALVES, 2001).

¹¹ Informação do site www.direitoshumanos.usp.br. Data da pesquisa 05/05/2003.

¹² Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma da Lei Federal nº 8.069/90, configura-se como o resultado de mobilizações de vários segmentos da sociedade, a luta pelos Direitos Humanos, movimentos como “A Criança e a Constituinte”, juizes, promotores de justiça, inclusive assessores progressistas da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, como também órgãos não-governamentais. As ações questionavam as políticas, até então, destinadas para a saúde, à educação, o trabalho e a violência contra as crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente introduz em 1990 mudanças significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores, instituído em 1979. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando os governos municipais a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento.

Para ALVES (2001), a década de 90 até os dias atuais pode ser caracterizada como o período de desinstitucionalização, pois a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente enfatiza e prevê que os vínculos familiares e comunitários sejam intensificados, e os internatos, por sua vez, perdem vazão, pois a Lei valoriza o direito da convivência familiar e a socialização.

A relevância das mudanças sociais, ocorridas nas instituições de atendimento à criança e ao adolescente, para o presente estudo é reconhecida, visualizam-se sinais de vivacidade, de atualização decorrente de novas percepções de sociedade. A leitura de alguns textos

críticos e até mesmo na observação das falas do senso comum denota uma desconfiança/indignação no que tange ao tratamento despendido para crianças e adolescentes que cometem delitos, denotam uma legislação permissiva.

Como as boas experiências não tem sido relatadas, é inculcado na opinião pública um sentimento falso de que o modelo de atendimento de adolescentes infratores está fadado a não funcionar. Ao lado disso, os inimigos do ECA propalam aos quatro ventos, semeando sofismas e muitas inverdades, a idéia falsa de que o ECA teria se transformado em um instrumento de impunidade, confundindo conceitos, não sabendo estabelecer a diferença entre inimizabilidade penal; ou seja, a vedação de submeter-se o adolescente ao regramento penal imposto ao adulto, no Brasil os maiores de 18 anos; e impunidade. Por não saberem distinguir inimizabilidade de impunidade induzem em erro a opinião pública, trazem propostas reducionistas à idade de responsabilidade penal, distorcem fatos (SARAIVA, 2001, p. 02).

A busca por materiais sobre o histórico dos direitos da criança e do adolescente revela que o contexto jurídico, para infância e juventude, recentemente defende este segmento, que ainda no século XX, era omissivo na punição dos maus tratos sofridos pelos jovens.

Em 1999 com o parecer nº 459 autoriza-se o funcionamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Humberto de Campos junto ao, então denominado, Centro da Juventude- FEBEM, em Santa Maria. A clientela a ser beneficiada é constituída de “adolescentes e jovens adultos entre 12 e 21 anos que, por terem cometido ato infracional considerado

crime ou contravenção penal grave, receberam da Justiça da Infância e Juventude a determinação da internação como medida sócio-educativa”.¹³

Apesar de todas estas transformações ocorridas devido às exigências sociais, ainda persistem as nomenclaturas tais como FEBEM, Centro da Juventude e IRICC¹⁴. Os próprios adolescentes internados resistem ao nome CASE. A questão mais crítica que se pode observar nesta instituição como em outras sob a tutela do Estado são as mudanças de governo que determinam alterações de acordo com a intencionalidade do governo. Neste trabalho não tive o interesse em significar estas mudanças, mas é importante ressaltar a transição do governo estadual no ano de 2002 para 2003. Neste sentido, o PEMSEIS¹⁵, elaborado pela gestão anterior, consistia na sistematização (inclusive em publicação de livro), da intervenção institucional junto aos adolescentes, contemplando aspectos técnicos e operacionais, de modo a configurar um trabalho pedagógico-terapêutico centrado na subjetividade de cada adolescente. O programa visava a efetivação dos direitos previstos no ECA. Saliento esta transição para que fique registrado este momento histórico, que possivelmente acarretará conseqüências.

O CASE dispõe de oficinas e atividades extras que geralmente dependem do quadro de funcionários e das disponibilidades financeiras. As atividades externas e oficinas as quais tive conhecimento foram de

¹³ Relatório da Escola Estadual Humberto de Campos.

¹⁴ Nomes adotados no ano de inauguração da instituição Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Centro de Juventude e Instituto de Recepção Iracema Cassel do Canto.

¹⁵ Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade. Fonte: www.fase.rs.gov.br. Data da pesquisa 29/06/2004.

cestaria na qual são produzidos materiais a partir de folhas de jornais e resultam num trabalho comercializado em feiras e mostras que o CASE participa ou promove. A oficina de jardinagem que os adolescentes mantêm e cultivam no pátio do CASE, oficina de gesso que teve acesso apenas uma vez, a oficina de tapeçaria e fuxico, e por último, a oficina de sabonetes ornamentais. Em geral, o resultado dos trabalhos das oficinas é colocado à venda em feiras, mas também são confeccionados para presentes em datas comemorativas. Juntamente às oficinas são realizadas algumas atividades externas, nas quais os adolescentes podem passear pelo centro da cidade, ir aos cinemas, nas academias de ginástica, enfim, em determinados espaços disponíveis acompanhados por monitores responsáveis.

Paralelamente, são oferecidas aulas regulares da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, desenvolvidas em três etapas. Especificamente, nas aulas de Educação Artística, são realizados trabalhos com pirógrafos, nos quais os adolescentes desenvolvem trabalhos que também podem ser vendidos em mostras ou presenteados aos parentes e amigos que os visitavam. As aulas de Educação Física são realizadas na quadra central localizada no interior do CASE. Os adolescentes têm aulas regularmente, mas descem à quadra de 8 a 10 adolescentes. Em todas as aulas observadas o único desporto praticado foi o futebol, anteriormente os professores já haviam sugerido vivenciar outras práticas, no entanto, os adolescentes são resistentes e não abrem mão de jogar futebol. Quando estão na quadra chutam com força a bola para qualquer direção, como a

quadra é gradeada ouve-se o estrondo do choque, por vezes, os momentos iniciais da aula ficam ensurdecedores. Ao professor cabe orientar e em alguns casos raros amenizar alguns atritos ou desentendimentos. A Escola oferece aos alunos, selecionados a partir do interesse, do comportamento e do setor, através da professora de Educação Física, aulas de Dança de Rua e Capoeira.

Os adolescentes internos que concluíram o Ensino Fundamental não têm acesso à escola de Ensino Médio. As aulas são realizadas nos turnos da manhã e tarde, onde são atendidos os blocos A e B respectivamente.

Os atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e assistenciais são mantidos regularmente. Durante o período de observação tive a oportunidade de participar de uma reunião realizada pelo CASE- RS, em parceria com a Escola, destinada aos familiares e/ou responsáveis pelos adolescentes internados para colocá-los a par do desenvolvimento dos adolescentes no Centro. Na oportunidade, apenas cinco responsáveis compareceram à reunião, dois pais, duas mães e uma avó. O ambiente apesar de acolhedor e amistoso não era agradável, os pais, as mães e os responsáveis demonstravam constrangimento pela presença do filho na Instituição, relataram não compreender como tantos esforços para educar os filhos resultassem nesta conseqüência.

Efetivamente, o CASE não é um ambiente acolhedor ou que represente um aspecto agradável, pois suas instalações e arquitetura sugerem uma penitenciária, com as grades, os portões de ferro, os gritos, a movimentação de adolescentes algemados pelos setores. O cotidiano

neste lugar pode embrutecer as atitudes das pessoas que trabalham neste contexto, pois segundo algumas falas dos funcionários, o enclausuramento não é apenas dos internos, mas de quem presta serviços a eles também. Em conversas informais com os monitores, pude distinguir os que ainda enxergam humanidade nos adolescentes, daqueles que não acreditam na recuperação dos internos e na proposta de trabalhos desenvolvidos pela Instituição. As representações do significado da internação e suas causas que giram em torno dos adolescentes do CASE são diversas, não existe uma unidade filosófica, política e educacional que defina os comportamentos e atitudes dos funcionários como padrão. O segmento que mantém um contato mais próximo com os adolescentes e são responsáveis diretos pelas movimentações dos internos são os monitores, alguns imbuídos de boa vontade e outros que apenas cumprem sua função. Em uma ocasião, um monitor declarou que “*trabalhar com os adolescentes internados no CASE é mais que uma função, é uma missão*”. Segundo Chomsky apud MOSCOVICI (2003, p. 26) “cada um dos indivíduos de uma dada comunidade adquire uma estrutura cognitiva que é única, rica e compreensível e essencialmente igual ao sistema adquirido pelos outros”. As representações são oriundas e tecidas nesta diversidade, no entanto, percebem-se valorações distintas na compreensão da própria função social desempenhada pelos funcionários do CASE. O autoritarismo que transcende a disciplina reflete a necessidade de julgar e ainda condenar além do que os adolescentes já

estão cumprindo com a sociedade. Estes por sua vez percebem a discriminação e preconceito por vezes velado, por outras, escancarado.

A estrutura, o funcionamento, a ideologia, as políticas adotadas implícita e explicitamente compõe este estudo de maneira eloqüente, pois são elementos inscritos, conscientes ou não, nos sujeitos que ocupam este espaço.

A delimitação do espaço, o reconhecimento das atividades e movimentos existentes no interior do CASE são alguns dos elementos não-familiares que constroem um saber funcional, mas que atrelados às representações constituem-se de um saber prático que liga um sujeito a um objeto que pode ser de natureza social, material ou ideal, estabelecendo uma relação de simbolização e interpretação.

2.2. A Adolescência em Conflito com a Lei

Fundamentalmente, a adolescência se caracteriza por ser uma fase de transição entre a infância e a juventude. É uma etapa importante do desenvolvimento, com características peculiares, levando a criança a tornar-se adulta. As mudanças que ocorrem no corpo são universais com algumas variações, no entanto, as mudanças psicológicas e sociais variam de acordo com a cultura, de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo (ZAGURY, 1996).

Não há como negar a diferença existente entre os sistemas de continuidade civilizatória dos jovens nas sociedades primitivas e tradicionais e nas modernas. Nas primeiras, o jovem automaticamente ao chegar à puberdade assume novos papéis e adquire uma nova identidade. Por outro lado, nas sociedades modernas complexas, pressupõe-se que ele, para elaborar sua identidade, passa por um estágio transitório (e conflituoso pela pluralidade de valores existentes) denominada adolescência. Entretanto, sabe-se que nas camadas sociais mais populares, onde o jovem tem que trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família, e onde sua permanência na escola normalmente dura poucos anos, a fase da adolescência não é vivida, mantendo as mesmas características dos tradicionais sistemas de classificação etária. Portanto, as descontinuidades afetam de formas diferentes os jovens nos diversos segmentos sociais das sociedades modernas (GOMES, 1994, p. 47).

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente completar treze anos de existência, muitas ações não foram efetivadas, prejudicando, desta maneira, o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes independente de sua origem, raça, etnia, classe, religião ou crença. Encontrei elementos que corroboram com esta perspectiva quando visualizei a presença de crianças e adolescentes nas ruas das cidades brasileiras utilizando-as como moradia e meio de sobrevivência.

Tal situação pode ser apresentada na pesquisa "Violência e exclusão: marcas presentes na corporeidade de crianças e adolescentes em situação de rua" (FINOQUETO & JAEGER, 2003), realizado na cidade de Santa Maria-RS. Observei uma infância e adolescência desejosa de possuir, de obter bens materiais, de ter acesso aos estabelecimentos comerciais, mas cerceada pelas suas condições

financeiras. A realidade compreende a fome, a miséria, o abandono, os maus tratos como situações-limite muitas vezes vivenciadas resignadamente, o pertencimento à rua significa cair nas mãos do acaso, da ausência de opções que possibilitem superar esta realidade.

A transgressão, a agressividade, o questionamento dos valores adultos, a ironia, os entusiasmos, os ídolos apresentam-se como em qualquer adolescente, no entanto, nas ruas, a sobrevivência exige cada vez mais audácia, coragem e atitudes arriscadas. A adolescência é definida de forma generalizada como período de transição marcadamente crítico, problematizador, quando não traumático, entre a infância e a idade adulta- tendo como principais critérios as transformações corporais da puberdade, os conflitos psicológicos e a característica de indefinição de papéis.

O que chamamos hoje de adolescência somente veio a se manifestar no século XIX, consagrando-se no século XX. Existem autores que salientam a adolescência como uma construção cultural, não existindo em algumas civilizações, outros especificam as diferenças biológicas que vão definindo as alterações corporais e que são, em grande parte, responsáveis pela aceitação e imagem dos adolescentes.

De acordo com SOARES (2002), a adolescência é um fenômeno ocidental e moderno. Características psíquicas como mal-estar, confusão, hesitação, indefinição, irresponsabilidade, transgressão e impetuosidade, refere-se, na maioria dos casos, aos jovens da classe média. Adolescentes de classes baixas vivem no que a autora denominou “ausência da

adolescência” ou são entendidas conforme a classe social. Portanto, dependendo da classe social, as características são glamourosas ou associam os jovens das classes baixas como perigo à sociedade.

Neste sentido, caminhar pela adolescência infratora, exige perceber o conflituoso mundo de significados que, na maioria das vezes, extingue esta etapa da existência do ser humano. Para os adolescentes internos do CASE com os quais tive contato, observei que a adolescência é praticamente um álibi para os delitos cometidos, já que se referem à adolescência como uma etapa que os livra de assumir conseqüências mais severas, contidas no Código Civil para maiores de idade, pois existe a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Dentre os instrumentos utilizados na coleta de dados, a partir das observações realizadas foi possível identificar as práticas sociais, comportamentos e discursos que compunham a representação social de corpo destes adolescentes internados. Em uma ocasião, quando a professora referiu-se a eles com a expressão “*vamos trabalhar crianças!*” ouviu-se a resposta irônica de um dos adolescentes “*é crianças de 18 anos*” e outro complementou “*adolescentes infratores*”. No entanto, na mesma aula o discurso mudou quando perguntei se a situação deles não era cômoda perante aos danos que causaram a restrição a que estão sujeitos, quando me responderam que eram adolescentes, “*eram de menor*”, por isso “*não dava nada*”. Por vezes, para alguns adolescentes que se envolvem com delitos em uma única ocasião, alerta-se para a situação de terem sido pegos antes de completar

18 anos, para que compreendam a passagem pelo CASE como um aviso, um exemplo daquilo que não poderiam querer para a vida deles. Mas neste sentido, encontramos uma diferença significativa entre adolescentes que vivenciam a vida de delitos por longos anos e outros que se envolveram apenas uma vez. Os adolescentes que assumem a contravenção como um meio de vida, queimam intencionalmente esta etapa de indecisões, são conscientes das conseqüências que assumem, não demonstram medo de ir futuramente para presídios, pois compreendem o CASE como uma primeira experiência, apesar de declararem repetidamente que o presídio não é como o CASE.

Na dissertação construída por GOMES (1994), onde estudou o corpo dos adolescentes, a autora intencionalmente optou a classe econômica como fator de distinção para determinação da amostra. Foram selecionados dois grupos, um definido como o grupo de classe média baixa e o outro de classe média alta. Concluiu que a adolescência se configura numa fase de satisfação pelo momento transitório que passam, sendo um evento que justifica atos rebeldes e transgressores, torna-se um álibi, onde ser adolescente permite ser diferente. Tais constatações ratificam as informações que colhi na presente investigação.

Focando esta perspectiva, destaco a discriminação presente no estigma do adolescente em conflito com a lei, pois a superação dos limites torna-se um elemento desafiador, comum ao que observei nesta faixa etária. Entretanto, a maior distinção encontra-se nos limites presentes nos contextos que vivenciam, pois quando foram questionados

acerca do seu histórico de delitos, a maioria afirma ter iniciado quando começou a fumar maconha com os amigos, ausentando-se da escola, sob o desconhecimento dos pais ou responsáveis. Para os adolescentes internos com os quais dialoguei, tais situações foram entendidas como aventuras, desafios compatíveis com a idade. Devido a complexidade existente nestas relações, a adolescência será representada sob a ótica da privação, do individualismo, da violência, da desvalorização e da privação da liberdade sem, contudo, transformá-la na adolescência do outro, do diferente, do marginal, buscando sempre aproximar e visualizar a frágil linha imaginária que separa a adolescência livre, da adolescência privada de liberdade. Pois os fatores que colaboraram para a entrada destes adolescentes nesta instituição são provenientes de diferentes contextos e a relação existente entre eles, sejam os familiares, os responsáveis, o grupo de amigos e/ou a comunidade.

Nas entrevistas que realizei com os adolescentes ficou clara a representação de que não existe idade para adentrar na vida de delitos. Quando a violência, a miséria ou exemplos neste sentido encontram-se presentes na família, parece lógico para os adolescentes que sigam este rumo como um desdobramento hereditário, pois em alguns casos a família encontrava-se envolvida em delitos, começando pelo pai até os irmãos mais velhos. Alguns adolescentes compreendem as infrações como o ofício que se aprendeu em casa.

Outro fato comum aos adolescentes entrevistados refere-se às comunidades em que residem, que se apresentam como bairros

localizados na periferia das suas cidades de origem, permeadas de violência, assaltos, furtos, tráfico de drogas e vandalismos. Na comunidade, na maioria dos casos, dá-se início ao consumo de entorpecentes e os adolescentes queixam-se que não existem opções de entretenimento, não há o que fazer, por isso, costumam freqüentar as “bocas de fumo” dos conhecidos, “curtir um som”, tocar instrumentos num bar, beber e fumar. As vivências destes adolescentes são pautadas por situações, no entendimento da sociedade, como atípicas, no entanto, conviver com assaltantes e traficantes é conviver com os membros que nasceram e se criaram na comunidade, reconhecidos e respeitados. Não existe a conotação pejorativa de marginal. Não podendo ser distinto, Ibañez apud SÁ (1996), destaca que o tipo de realidade social na qual o indivíduo encontra-se inserido regula o conceito de representação social interligando elementos de natureza distinta como: processos cognitivos, inserções sociais, fatores afetivos, sistema de valoração que devem estar presentes no instrumento conceitual utilizado para esclarecê-lo.

Jodelet apud SÁ (1996), a partir de seu trabalho realizado sobre a representação social da loucura (sendo referência nos estudos de representações sociais), mapeou o campo das representações através da identificação de seis diferentes perspectivas que orientam a maneira de como estas são elaboradas. Para o presente estudo destaco quatro perspectivas por mim identificadas: a) representação como uma forma de discurso, passível de ser observada através dos gestos, movimentos corporais e linguagem; b) consideração da prática social do sujeito na

construção da representação; c) determinação da dinâmica das representações pelo jogo das relações intergrupais; d) ênfase sociologizante fazendo do sujeito portador das determinações sociais responsáveis pela produção das representações. Com referência a estas categorias escolhidas pode-se traçar algumas representações construídas a partir da significação do CASE na vida destes adolescentes, apesar deste não ser o único contexto que influencie estas construções, muitos elementos tornam-se referência para a vida dos adolescentes. Partindo das observações relatadas nos diários de campo constatou-se que existem os adolescentes que se esforçam para passar a representação de sujeito irreverente, ousado, por vezes arrogante ou ameaçador, com enfrentamentos nos olhares ou imposição pela presença, são comportamentos utilizados com pessoas que desconhecem o ambiente ou a realidade dos adolescentes naquele espaço, com o intuito de intimidar. Entre os adolescentes esta postura pode ser adotada quando se vêm perante aos adolescentes mais novos que não estão habituados ao CASE ou quando se referem aos inimigos que se encontram internados no outro setor. Mas de todas as situações existem nuances de agressividade, hostilidade ou brincadeira, quando nos aproximamos e conhecemos melhor cada adolescente é possível perceber até que ponto aquele comportamento é ameaçador.

Alguns adolescentes deslocam-se com andar molejado, cumprimentam-se com movimentos amplos, costumam dar início a um empurra-empurra nos corredores, mas somente com adolescentes

considerados parceiros, pois com outros seria considerado provocação. Para alguns adolescentes entrevistados esta postura significa “*pagar uma de bandido*”, ou seja, representar que é bandido, atribuir-se periculosidade e respeito, mas na opinião dos adolescentes mais introspectivos, que não utilizam este comportamento como marca, desconsideram este comportamento como relevante, afirmam que a situação de terem sido pegos e internados no CASE determina o grau de incompetência do adolescente em conflito com a lei, pois “*esperto mesmo é quem tá fora daqui dando risada da gente*”. Uma outra representação que chamou a minha atenção foi quando um interno disse “*tem que ter cuidado com aqueles que não te encaram, que ficam olhando de canto, não mostram os dentes, aquele que fala que matou, que roubou, que fez e aconteceu só quer pagar de bandido*”. Este comportamento é proveniente da estrutura e do entendimento do que significa o CASE para os adolescentes. A maior referência encontra-se no fato que o CASE representa “*um presídio para menores*”, por consequência, quem se encontra internado é “marginal ou bandido”.

Por outro lado, encontrei adolescentes que não revelaram nenhuma passagem das suas vidas, não falavam muito, apenas ficavam observando, não foi possível dizer além do que eles mostravam, dificilmente riam, não me olhavam nos olhos, ficavam nos cantos realizando as atividades das aulas e quando se direcionavam para os dormitórios apenas colocavam as mãos no bolso, encurvavam-se, abaixavam a cabeça e saíam calados.

Uma característica que se mostrou pertinente, foi a de que quanto mais o adolescente retorna para Instituição, mais ele se torna referência e liderança daqueles que são desejosos de perverter a ordem imposta, são tratados ou conhecidos como “considerados”.

Em anos anteriores ocorreram motins¹⁶ no CASE, resultando em modificações no sistema de segurança, dos antigos internos tive a oportunidade de conversar com quatro adolescentes remanescentes daquele episódio, todos se caracterizaram como articuladores daqueles incidentes, colaboraram de forma efetiva ou apenas incitaram os mais novos a reagir, alguns assumiram a responsabilidade, outros se mantiveram afastados das possíveis acusações.

A linguagem adotada pelos internos do CASE é um aspecto interessante para ser analisado, pois é comum aos adolescentes da atualidade, expressões como “*bagulho, dar uma banda, se fazer, boiada, to ligado, si pá, queimando filme*” são corriqueiras tanto na Instituição quanto nas ruas, quando temos a possibilidade de escutar ou observar grupos de adolescentes. Mas o simbolismo mais contundente nestas relações são traçados a partir de expressões, segundo os adolescentes, adequadas ou não para o Centro. Para JODELET (2001, p. 34), “partilhar uma idéia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade (...) a partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença”. Quando um adolescente adentra o CASE e não está adaptado ao sistema, os internos fazem piadas ou insinuações sobre a

¹⁶ Informação veiculada no Jornal A Razão de Santa Maria (ANEXO C). Data da veiculação: 11/06/2002..

sexualidade do adolescente, em geral, esta é a pressão exercida pela coletividade. Palavras como “copo, fogo, quarto, banho, olho” são substituídas por “*caneca, chama, dormitório ou brete, ducha, vista*”, pois os primeiros têm conotação feminina ou homossexual no contexto cultural dos adolescentes e quem as utiliza sofre humilhações ou provocações. Quando questionados os adolescentes nem sabem explicar porque não usam tais palavras, só sabem admitir que não as usam para evitarem incômodos ou como eles dizem “*a pegação dos outros*”. A linguagem assume, segundo Terwilliger apud LANE (1994), a função de mediação ideológica presente nos significados das palavras produzidas, segundo o autor, por uma classe dominante. Esta organização prevê atribuição de sentido, de significado e de reconhecimento das diferenças que percorrem as atividades econômicas, os rituais religiosos, os cumprimentos, sendo constantemente atribuídos pareceres sobre relações do grupo, entre eles, com outros grupos e, até mesmo, na inexistência de relações.

De acordo com os adolescentes, neste espaço resta muito pouco de dignidade, pois já se sentem considerados à margem da sociedade, excluídos e, por fim, cumprindo medida sócio-educativa que significa “*puxar uma*”, portanto, as regras construídas e existentes devem ser cumpridas para que se mantenha o respeito entre os próprios internos. Um adolescente resumiu esta lógica: “*Dona se não tiver essas regras qualquer chinelo chega, faz as chinelagens, fica tirando os cara*”. Se o adolescente estiver ofendendo a dignidade da mãe, fazendo gestos

obscenos, falando palavras não aceitas pelos internos, é punido, porém se estiver fazendo isso sem conhecimento das regras é avisado, mas na segunda oportunidade sofrerá agressões físicas.

A compreensão destas relações e a importância passam despercebidas ao olhar menos atento, mas no contato e nas conversas informais obtidas, percebi o quanto os adolescentes internos do CASE constroem normas de aceitação ou rejeição do outro. Não são aceitos adolescentes homossexuais convivendo com os demais, pois de acordo com eles, *“fica até feio, pega mal pro cara um sujeito no Setor”*, outra condição imposta é evitar a presença de estupradores, pois se os demais adolescentes obtêm esta informação, que o delito do novo interno é o estupro, este precisa ser colocado separado dos demais, pois corre risco de vida. Esta norma vem articulada ao pensamento existente nos presídios, em geral, estas representações têm sua origem no sistema penitenciário e os adolescentes internados no CASE apenas realizam uma transposição, pois normalmente gostam de fazer referências ao presídio, comparam as facilidades e dificuldades existentes entre as instituições. Mas relembram, seguidamente, seus direitos enquanto menores de idade, refugiam-se na menoridade para atenuar seus delitos e potencializar seus direitos. A frase comum é *“de que não dá nada”*, no entanto, alguns adolescentes com mais de duas internações começam a sentir a falta de liberdade, contabilizam o tempo total que passaram nas Instituições e percebem o quanto desperdiçaram com as internações. Em outras situações, o discurso que *“não dá nada”* ganha força quando a realidade

vivenciada pelo adolescente fora da Instituição consegue superar a frieza e aspereza da internação.

Segundo Sánchez apud MADUREIRA (1996), a baixa auto-estima conduz a uma conduta desesperançada, que pode propiciar a uma conduta infratora. Há uma desvalorização do mundo e do próprio sujeito. O adolescente percebe que seu mundo pouco valor possui, portanto nada o impede de agredir esse mundo e as pessoas que fazem parte dele. Para MADUREIRA (1996), esse modo de ver o mundo e a si mesmo, enquanto ser humano, denuncia que o adolescente infrator se vê inserido em mundo pré-estabelecido, sem possibilidade de transformação ou solução de impasses. Sua interpretação de mundo não contempla a dialeticidade homem-mundo. Considerando as falas que recortei, a internação configura-se no ápice de uma jornada invisível, que traça alguns pontos comuns na vida dos adolescentes em conflito com a lei, pois penalizam pessoas, ferem, matam e aprendem que depois de *“entrar nessa vida quem está na chuva é prá se molhar”* e que *“são eles ou os outros que morrerão”*, portanto, não se pode exigir humanidade quando o meio que os criou exige sobrevivência. É importante pontuar que estas representações são decorrentes das vivências brutalizadas pela violência e indiferença que se acirram no individualismo e exclusão, assumidos como valores em nossa contemporaneidade. Para todos os adolescentes com os quais estabeleci diálogo, a internação é a concretização drástica para penalizá-los ou sentenciá-los como homens adultos.

No entanto, não houve um adolescente que se sentisse totalmente indiferente à pressão da Instituição, por mais que alguns assumam comportamento tranqüilo e paciente, por vezes, demonstram que assim o fazem, porque se desesperar não adianta e comportar-se como a Instituição espera é assegurar uma saída mais rápida. Ouvi várias vezes a expressão “*puxar a minha de canto*”, que significa não entrar em conflitos ou provocações, pois são situações que só atrasam o cumprimento da medida. Em todas as falas, quando questionados, os adolescentes revelam os dias exatos que já cumpriram da medida e quanto tempo ainda resta para cumprí-la.

Outro aspecto a ser destacado refere-se às expressões artísticas dos adolescentes, pois se configuram em representações significativas das experiências e da compreensão da vivência destes. As músicas e os grupos musicais aceitos pelos adolescentes, internos do CASE, na grande maioria, fazem referência à vida de presidiário, às regras da sociedade que segundo tais referenciais musicais impossibilitam a ascensão de negros, favelados, pobres a uma vida digna; discorrem sobre a atuação de policiais e buscam explicitar quem está do lado do quê e de quem, em nossa sociedade. A indignação e a revolta são uma referência para demonstrar quem eles são, pois a postura do *rapper*¹⁷ é reconstruída com vestuários por vezes precários, por outras, mais elaborado disponibilizado pelos recursos dos próprios adolescentes e que poderiam

¹⁷ Cantor de Rap, do inglês Rythm and Poetry, criado nos Estados Unidos, gênero musical criado entre negros e caracterizado pelo ritmo acelerado. Fonte: www.movimentohiphop1.hpg.ig.com.br. Data de pesquisa: 29/06/2004.

ser utilizados no interior da Instituição. No entanto, como esta é uma postura que não requer somente adornos, o deslocar, a expressão verbal, a utilização de trechos musicais para revelar as próprias experiências, caracterizava a assunção desta expressão cultural.

Em uma ocasião, um dos adolescentes comentou que não se vestia melhor no CASE porque os monitores não permitiam a entrada de muitas peças de vestuário, queixava-se que só permitiam a entrada “*daqueles trapos*”, no entanto, no decorrer das observações notei que as roupas dos adolescentes, em geral, são peças de marcas internacionais que circulam comumente nas ruas das cidades. Pasoline apud GOMES (1994), revela como o processo da moda estabelece suas artimanhas, com habilidade paciente inverte um padrão compreendido como subcultura ou contracultura, é absorvida e torna-se padrão de consumo para a próxima geração. Ou seja, a rebeldia, a transgressão, o enfrentamento às leis e padrões existentes no modo de vestir, falar, caminhar, nas músicas, nos ídolos da música são transformados em produtos para o mercado. Compra-se o estilo, aquilo que tinha força de mudança e expressão torna-se banalizado.

O RAP, enquanto um dos elementos da cultura Hip Hop, carrega em si um movimento de contracultura ou de denúncia, as letras das músicas quando recitadas por alguns adolescentes demonstravam o entendimento que possuem das desigualdades e da sociedade como um todo. Os adolescentes demonstravam convicção ao afirmar que a agressão maior já

foi sofrida por eles na negação dos seus direitos à saúde, à alimentação, à habitação, enquanto crianças e adolescentes, na repressão policial observada na suas comunidades, no convívio com as drogas e com a miséria da família. Cantar as músicas do grupo Racionais MC's, por exemplo, significava "*escuta um pouco o que é que eu vivi*". Nos diálogos travados com os adolescentes observei novamente os ingredientes para a composição desta adolescência infratora, encontra-se longe dos determinismos sociais que insistem em mascarar a miséria social, cultural, econômica que vive a maioria da população brasileira, transformando-os nos culpados pela violência urbana. Mas muito próximo da injustiça que massacra as classes menos favorecidas. Nas palavras de GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (1999, p. 21) encontramos consonância quando dizem que

a nossa realidade mais do que nunca ou como sempre, apresenta desafios quase da ordem do inimaginável. Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais eles existem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto as suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos.

A juventude, embora esmagada nas relações econômicas dominantes que lhe conferem um lugar cada vez mais precário e, mentalmente, manipulada pela produção de subjetividade coletiva da

mídia, nem por isso deixa de desenvolver suas próprias distâncias de singularização com relação à subjetividade normalizada. No discurso apresentado pelos adolescentes internados no CASE a forma como percebem e atuam na sociedade não deixa de ser uma intervenção particular proveniente da interpretação que possuem dos valores disseminados pela cultura contemporânea. São ousados ao afirmar que *“muitos médicos, advogados, professores fumam ou cheiram e nem por isso são bandidos”*, e que *“se fizesse mal não teria tanta gente rica consumindo”* são algumas falas que sugerem que os valores defendidos ou assumidos como corretos encontram-se ausentes em classes sociais com poder aquisitivo mais elevado, tendo distinção de tratamento para os que possuem ou não recursos financeiros, neste sentido, são criados meios para obtenção de bens que os distinguiriam como cidadãos.

Os adolescentes entrevistados revelaram que o sentimento mais forte presente nestes atos delituosos é o poder, a auto-afirmação, a possibilidade de transgredir sem ser pego, cada vez com mais audácia, astúcia, atrelado a isto, os adolescentes trazem em si a crença de que tudo é possível, que nada de ruim pode acontecer. Não pensam nas conseqüências, o *“não dar nada”* é tanto para o tiro desferido, quanto para a assunção do tempo determinado da medida sócio-educativa a ser cumprida.

2.3. Representações da Família, Amigos e do Envolvimento com Delitos

De acordo com os adolescentes internados no CASE que participaram desta pesquisa, a família e os amigos são os grupos que exercem as influências mais significativas na construção das representações.

No meu entendimento esta questão foi abordada de uma maneira singular devido à sua contribuição no processo de construção e socialização das práticas sociais desempenhadas pelos adolescentes em conflito com a lei. Neste tópico, estas descrições e reflexões atendem não somente à identificação das próprias práticas como também no conhecimento dos contextos nos quais estão inseridos estes adolescentes. Desvelando o próprio processo de construção do sujeito social.

Identifiquei dois tipos distintos de comportamentos familiares diante do envolvimento dos filhos com a contravenção. No primeiro caso, a contravenção encontra-se estabelecida como um meio de vida dos membros da família, não havendo distinção ou recriminação por parte dos pais nas atitudes ilícitas dos filhos. No segundo caso, os pais e/ou responsáveis apresentam comportamentos e atitudes mescladas entre a culpa, a incapacidade de criar os filhos para evitar tal situação e uma conseqüente vergonha. Em ambas as situações os encaminhamentos que as famílias disponibilizam estabelecem algumas diferenciações no próprio entendimento dos adolescentes enquanto encontram-se internados no CASE. Se por um lado encontrei pais, mães, padrastos ou

responsáveis indiferentes à estada do adolescente no Centro, compreendendo esta situação como inevitável e possível, possibilitando ao adolescente ver com menos rigor sua própria situação. Por outro lado, também observei pais e mães buscando dar apoio aos filhos, visitando-os, aconselhando-os, chorando e questionando-se pela situação do adolescente. Este comportamento dos pais coloca os filhos internados numa situação de remorso e vergonha, levando os adolescentes a salientar diversas vezes que não gostavam que suas mães os vissem daquela maneira tão humilhante e penosa, ou seja, preso, segundo as palavras dos próprios adolescentes. Numa reunião realizada pelo CASE com os pais dos adolescentes e com a participação da Escola, observei o número reduzido de pais que atendeu ao convite. Compareceram quatro mães, dois pais e uma avó. Os fatos que se sucederam giraram em torno de agradecimentos pelo tratamento despendido ao filho, pois desde que foi internado havia ganho peso, estava sendo bem tratado e era visível *“pelo menino que entrou e o homem que se transformou”*. A avó de um adolescente foi às lágrimas agradecendo às professoras e ao CASE por tudo que estavam fazendo pelo neto.

Dos relatos que obtive dos adolescentes, a partir das observações e, posteriormente, das entrevistas, a família se encontra no cerne da discussão no que se refere à educação e aos exemplos oferecidos. Um dos casos mais contundentes é o de um adolescente que atualmente encontra-se com 15 anos e pratica delitos desde os 11 anos. Iniciou acompanhando os irmãos mais velhos que já cometiam delitos. Na família todos já se

envolveram com furtos, assaltos, arrombamentos, homicídios. Quando questionado sobre os motivos que o levou a cometer delitos, respondeu que os comete para sobreviver, justifica seus delitos pela miserabilidade em que a família sempre se encontrou. O pai já teve duas passagens pelo presídio, um dos irmãos mais velho foi assassinado ao sair do presídio após cumprir sentença e outros dois estão cumprindo pena em presídios distintos no estado do Rio Grande do Sul. A mãe, pelo relato do adolescente, consente toda a situação que envolve os filhos, pois segundo o adolescente não existem outras possibilidades viáveis. Afirma ser um rapaz franzino que ninguém confia trabalho braçal, seu nível de escolaridade não é suficiente e as passagens pelo CASE dificultam sua admissão nos empregos. Este adolescente apresenta um discurso totalmente articulado para justificar suas atitudes, desde a infância esteve envolvido com tiroteios, armas, violência entre grupos rivais, não demonstra medo ou coragem ao enfrentar situações perigosas, apenas são situações corriqueiras. É um dos internos que não assume a identificação de bandido, de malandro ou perigoso como outros procuram demonstrar, pelo contrário, é um rapaz realmente franzino, tosco, cabisbaixo, sem muitos sorrisos, não costuma falar as gírias comuns aos internos, mas assume com tranquilidade que na sua cidade de origem ele e seus irmãos “*colocaram pânico na cidade*”.

A permissividade dos pais e/ou responsáveis é visível quando questiono se os pais não aconselham em outro sentido, com outros valores ou objetivos, no entanto, a contravenção apresenta-se como uma

atitude incorporada, tornando-se necessária a ponto de ser totalmente justificada inexistindo contradições ou remorsos que os façam mudar de comportamento. Os adolescentes que possuem pais mais severos buscam esconder seus delitos enquanto podem, existem casos de pais que não sabem da internação do filho, pois são protegidos pelas próprias mães. Em caso de separação dos pais, comumente, os filhos ficam sob responsabilidade da mãe, esta por sua vez, busca reconstruir a família com outro companheiro ou criar seus filhos, por vezes de maneira precária financeiramente. Os companheiros geralmente não são bem vistos pelos adolescentes que buscam sua autonomia na forma que melhor lhes aprouver, geralmente abandonando a casa familiar.

A ausência da figura paterna representa aos adolescentes internados a falta de imposição de limites ou respaldo emocional que não se estabeleceu na infância, ocupando no lugar destes, experiências que com o passar do tempo tornam-se cada vez mais danosas à própria vida dos adolescentes. Dois casos puderam ser destacados devido a insistência nos seus discursos referindo-se a ausência da figura paterna/materna. Para um dos adolescentes todas as experiências negativas que vivenciou se devem ao fato de ter perdido e presenciado o assassinato do pai quando tinha apenas 11 anos. Para ele, o pai era um exemplo de coragem e retidão, diz que se o pai estivesse vivo jamais deixaria que se envolvesse com delitos. Para o outro adolescente, a ausência da mãe é sentida quando se percebe abandonado e ignorado pelo pai, segundo o adolescente, se a mãe

estivesse viva receberia tratamento adequado, sentir-se-ia amado pela mesma.

Portanto, a característica comum que observei a partir dos adolescentes entrevistados é a desestruturação familiar, dos seis adolescentes entrevistados apenas um relatou que os pais continuam residindo na mesma casa. Os outros cinco afirmaram que os pais estavam separados há mais de cinco anos em média, ou pai ou a mãe era falecido ou conviviam com padrasto/madrasta. O relacionamento com o pai destaca-se como tumultuoso, em geral, são as mães que tentam contornar as agressões existentes entre pais e filhos, são as mães também que permanecem nos lares com os filhos após a separação. As falas que ouvi observei que as razões que favorecem ou possibilitam a iniciação dos adolescentes nos delitos são variadas, vão desde a ausência de recursos financeiros até o excesso de liberdade e/ou autonomia do adolescente, ou seja, não existe o padrão ou um perfil singular destes adolescentes em conflito com a lei, se por um lado o adolescente vivenciou uma infância de privações, violência familiar e abandono, oferecendo subsídios para estabelecer relações de transgressões e rebeldias, por outro, encontrei adolescentes que não vivenciaram restrições econômicas mais contundentes, possuíam acesso à escola, entretenimentos, roupas, não oferecendo elementos relevantes ou explicativos para a inserção do adolescente na contravenção.

Considerando as distintas razões que levam os adolescentes a ingressar no mundo da contravenção, um fator salienta-se e refere-se às

relações de amizade, que se constitui em outro grupo social que influencia significativamente os adolescentes, sejam os colegas da escola ou os vizinhos da comunidade. Em geral, os parceiros de contravenção são os mesmos com quais se criaram juntos no bairro. Os encontros ocorrem nas lojas de jogos eletrônicos, nas boates, na escola e na comunidade em jogos de futebol.

Alguns pais, segundo os adolescentes entrevistados, reconhecem as más influências de alguns sujeitos e sugerem aos filhos que se afastem, mas na maioria dos casos os adolescentes revelaram que não seguiram tais conselhos. Pois é nas ruas que são estruturadas as primeiras experiências de delitos, a partir de convites de adolescentes que já os praticavam e não foram pegos pela polícia. A maioria dos adolescentes relatou que é incontável o número de delitos que cometeu até serem surpreendidos e presos, isto é proveniente das várias tentativas e experiências que tiveram êxito, fazendo desta forma, com que compreendessem que iniciar na contravenção é fácil e não acarreta conseqüências mais severas. O sentimento de desafio, de experimentação possibilita burlar as primeiras regras, construindo o discurso “*de que quando é de menor não dá nada*”. Uma falácia orientada pelos adolescentes ou até mesmo adultos que se infiltram nos grupos a fim de incitar com a possibilidade de obtenção fácil de dinheiro. Nestes grupos, de acordo com os internos entrevistados, os valores que permeiam estas relações dependem das experiências que foram vivenciadas, pois os adolescentes que foram traídos ou abandonados pelos parceiros,

desconfiam e buscam não tê-los mais como companheiros de delitos, no entanto, outros adolescentes consideram e respeitam as amizades, pois são oriundas da infância, conhecendo-se da escola ou do bairro. Inclusive não reconhecem nestes amigos, os bandidos que a comunidade teme ou julga. As expressões que qualificam e determinam os valores defendidos pelos grupos de amigos são de que os parceiros não podem ser “*chinelos ou cagoetes*”¹⁸, pois as duas situações revelam o caráter do indivíduo e de acordo com os adolescentes, “*cagoete não se cria e fazer chinelagem é coisa de malandro, de sem vergonha*”.

Outra característica comum aos adolescentes entrevistados é a iniciação de delitos a partir do consumo de entorpecentes nos grupos de amigos ou conhecidos. Começam pela maconha, passando pela cocaína e o crack. Alguns salientam cola de sapateiro e em casos raros o uso de drogas injetáveis. A quantia de dinheiro necessária para manter o consumo dos entorpecentes é crescente e exige aos poucos, maiores recursos financeiros. Inseridos em grupos, os adolescentes são convidados a participarem de arrombamentos ou assaltos para prover recursos para o consumo de drogas. Os adolescentes insistem em afirmar que “*ninguém é levado a fazer nada se não quiser*”, “*não tem essa de que o cara me levou, foi por que quis*”. No entanto, em todos os casos alguns membros do grupo de amigos suscitaram a possibilidade de obtenção fácil de dinheiro através de delitos. Nas razões apontadas e relatadas pelos adolescentes entrevistados persiste a dúvida se o que os

¹⁸Alcagüete do dicionário Escolar da Língua Portuguesa significa alcoviteiro, delator. Para os adolescentes o termo cagoete significa delatar um indivíduo à polícia ou grupos rivais. Chinelos

levou a praticar o primeiro delito encontrava-se na curiosidade, no prazer de correr riscos ou no desejo interior que alguns diziam possuir. Questionados pela razão de cometer o primeiro delito, encontrei respostas tais como

Quando eu cometi o primeiro delito eu nem fui para cadeia, daí eu comecei a fazer, ganhar dinheiro fácil, ah eu via os caras ganhando dinheiro ali, eu queria o meu dinheiro, não tinha trabalho, vou roubar, foi isso o que eu pensei, daí eu comecei a roubar, roubar, roubar.

As drogas, eu era dependente químico não é meu, não ia ter dinheiro pra cheirar uma cocaína, a minha mãe nem me dá 50, 100 reais pra eu cheirar todo dia. Fui eu que pensei, tem um camarada meu, foi um dia assim, começou assim bah cheirada, travado de cocaína, assim um parceiro meu paremo num beco-bah- tem que assaltar, sabe o que eu pensei vou ver como é isso né meu, vamo ver qual é o perigo.

Pra fumar maconha, fumando maconha tava numa fissura de fumar no meio do dia aí, saí aí, fui sozinho arrombando, aí já consegui aí já brilho mais uns parceiro aí comecemos aí tamo aí, ele no presídio e eu aqui.

Por fim, a droga torna-se a razão primeira e última. Nenhum dos adolescentes revelou que guardava dinheiro ou aplicava em bens duráveis, todo o empreendimento era para consumo de entorpecentes e festas e algumas vezes para comprar roupas e alimentos para a família. O vício torna-se imperativo, existe uma distinção no que se refere ao grau de dependência proporcionado pelo consumo da maconha, da cocaína ou

significa roubar, enganar, trair a confiança do próprio parceiro de delito.

do crack, pois alguns adolescentes afirmaram não se considerarem viciados ou dependentes, mas ao retornarem às ruas não garantem a abstinência, pois retornam aos locais de consumo e tráfico de drogas. E *“lá fora só quem sabe é Deus”*.

Ao abordar a família, o grupo de amigos e o envolvimento com delitos, observei a seqüência que se descortina na realidade dos adolescentes internados no CASE, pois os seis sujeitos entrevistados possibilitaram-me constatar a influência dos grupos sociais em diferentes contextos e retratando a maioria dos casos com os quais obtive contato durante esta pesquisa. Efetivamente, defender padrões tradicionais de família não foi e nem se tornou meu intuito, no entanto, a desestruturação familiar é um fator que compromete o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, aproxima-o de situações com alto teor de agressividade e desvalorização da própria vida, observando assim, que não existem meios salutareis ou possíveis que não seja através de delitos. Acarretando inclusive, a busca por limites que não encontrados em casa.

CAPÍTULO III

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CORPO:
DISCURSOS E PRÁTICAS**

3.1. As Representações Sociais de Corpo dos Adolescentes em Conflito com a Lei, Internos do CASE

Após contextualizar e elucidar algumas questões referentes ao meio em que são construídas as representações sociais dos adolescentes do Centro de Atendimento Sócio-Educativo de Santa Maria, apresento nesse percurso algumas considerações e reflexões acerca das representações sociais de corpo revelados pelos adolescentes a partir das observações, falas, atitudes, comportamentos, conversas informais e entrevistas. O corpo que descortino é o corpo vivido, desejado, idealizado, mas em muitos casos, é o preterido na anunciação da desvalorização da vida. São corpos potencializados pela violência urbana, vaidosos, múltiplos, descuidados, ambíguos, expressivos, observadores, arrogantes, precoces e infantis. Enfim, são corpos de todos os tipos, construções sociais que merecem um olhar mais atento para que fuçamos das concepções leigas que estabelecem os padrões do aceitável e do não aceitável. Para LOURO (2000, p. 68) “o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como as suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz”.

A discussão estabelecida em torno do corpo afirma-se, na sociedade contemporânea, como questão de entendimento nas relações humanas, no

sistema de comunicação, estabelecido de forma consciente ou inconsciente. É neste ponto que convergem as representações de corpo construídas num espaço plural, heterogêneo, diversificado de informações, determinante de comportamentos maquiados pelas classes detentoras de poder e tencionados pelas classes populares.

Para LE BRETON (2002), são as lógicas sociais e culturais que dissociam o sujeito do seu corpo, relegando ao corpo do homem um papel negativo. No entanto, esta concepção dicotomizante não foi obra exclusiva de Descartes, este apenas fez-se voz de seu tempo e de sua percepção do corpo que se privilegiava. De acordo com SANTIN (2001), é necessário o resgate das compreensões acerca do corpo, pois são estes conceitos que sustentam a antropologia ocidental e sua lógica corporal.

Com o advento do Renascimento novas interpretações sobre os conhecimentos produzidos, sinalizaram para a evolução existente neste processo como consequência e exigência do contexto, pois o conjunto de esforços de vários pensadores possibilitou, no século XVII, na Europa Ocidental, a reflexão sobre os fenômenos da natureza sem o julgo da Igreja, vivenciando a liberação de dogmas e da autoridade eclesiástica. Tais acontecimentos propiciaram um ambiente de autonomia com relação aos costumes religiosos e tradições culturais. Os novos conhecimentos, o nascente individualismo, o surgimento do capitalismo foram fatores influenciadores de novos comportamentos, nem sempre valorizando todos os homens indiscriminadamente. Para LE BRETON (2002), o

comportamento individualista é característica das sociedades ocidentais, que teve como berço o Renascimento, convertendo o corpo no espaço do indivíduo onde se encontram simultaneamente os limites e a liberdade. Acrescenta-se a questão do controle do corpo, em fins do século XIX, nas sociedades ocidentais, onde a principal característica presente nas representações corporais é a sua liberalização.

Atualmente, a partir destas construções históricas, novos corpos emergem assumindo novos espaços, como objeto de consumo, como experiência no mundo, rebelde perante aos padrões convencionais, passivo diante das limitações econômicas, culturais e sociais, transgressor de normas e regras de condutas estabelecidas socialmente, mostrando-se múltiplo e bastante polêmico.

As representações sociais de corpo construídas pelos adolescentes internos do CASE não se ausentam destas significações, pois são tecidas no seio das contradições e complexidades contemporâneas. O reconhecimento do contexto sócio-cultural dos adolescentes em conflito com a lei, internos do CASE serviu de pano de fundo para tecer com maior propriedade as representações que são expressas no cotidiano da Instituição, pois de acordo com MOSCOVICI (2003), compreender um fato social requer compreender as relações que se encontram neste determinado contexto, pois são produto, processo e geradores de novas representações.

Para MOSCOVICI (2003), a primeira idéia a ser esclarecida refere-se ao fato de que os saberes, as crenças e a língua, assim como as

instituições, são instituições da sociedade. Por fim, falamos na interpenetração dos valores que permeiam a sociedade construindo representações acerca de objetos que se tornam significativos a partir das práticas sociais.

Durkheim apud MOSCOVICI (2003), afirma que tudo o que é social consiste de representações, estabelecendo-se uma relação dialética, na qual as representações mantêm-se autônomas em relação à origem da sua construção. Para um primeiro instante as representações são função da estrutura social, no segundo instante, generativas de outras representações.

Para Moscovici apud SÁ (1996, p. 31), as representações sociais são “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no curso das comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”.

Assim, posso dizer que as representações sociais de corpo se referem as diferentes formas de expressão podendo ser interpretadas na relação cotidiana estabelecida nos diferentes grupos sociais. As falas dos adolescentes entrevistados expressam a complexa banalização/inconsciência do corpo vivido/sofrido. O corpo apresenta-se como a única propriedade pessoal que é passível dos mandos e desmandos oferecidos pelas aventuras e possibilidades de superação dos desafios. As experiências que cercaram estes adolescentes compreendem

abandono familiar, recursos financeiros parcos, o consumo de entorpecentes em grandes quantidades, fugas da polícia, envolvimento em conflitos armados, e em alguns casos, a superação de ferimentos que poderiam ter causado a morte. Estes fatos são relatados com uma naturalidade assustadora, pois não demonstram arrependimento ou vergonha quando relatam situações violentas cometidas por eles mesmos. Um adolescente finalizou seu pensamento sobre o risco de perder a vida afirmando que “*o cara pensa que é de aço, de ferro*”, ou seja, as situações de perigo tornam-se fatos comuns que não requerem reflexões sobre o sentido ou o valor da existência.

Através das entrevistas que realizei com os adolescentes, formulei questões que possibilitaram o encaminhamento para obtenção das representações construídas acerca do próprio corpo, buscando através das suas falas, desvelar os sentidos destes corpos vividos. Os trechos destacados referem-se e refletem as diferentes representações que circulam no interior do CASE, pois durante as observações percebi que os adolescentes internos mantêm uma relação de descaso, inconsciência ou em outros casos de banalização da sua própria integridade física.

“Às vezes eu penso, quando tomo uma facada ou um tiro eu penso, penso que vou morrer né dona, quando eu tomei uma facada na perna jorro sangue aí eu pensei: não vou morrer, é uma facada na perna, mas quando tomei nos braços né dona! Entrou pra dentro o chumbo nos meus braços, ei voava sangue. Tomei uma pechada também. Me deram um pontação de faca”.

“Ah meu corpo é uma alma andando na terra. Sem destino”.

“Ah! Isso eu não sei explicar, nunca pensei nisso antes”.

Quanto maior o número de experiências que ponham em risco a vida dos adolescentes e que consigam supera-las, maior é a confiança que se constrói diante da imortalidade ou convicção de que podem superar a morte. O medo que em inúmeras ocasiões salientei é entendido como uma variável possível, mas que não significa impedimento para qualquer ação mais arriscada, pois a possibilidade de perderem a vida é um risco que tem que ser assumido. Os adolescentes relataram que o medo e a reflexão sobre as conseqüências dos seus atos são inexistentes, pois são ações inibitórias, quem pensa sobre o risco que está correndo ao cometer um delito não o faz com competência. Alguns adolescentes afirmaram que é melhor cometer os delitos sob o efeito de entorpecentes, outros preferem estar conscientes de cada ação, pois as drogas em geral potencializam as atitudes. Nos casos em que a contravenção torna-se referência de comportamentos e valores, a superação da morte constrói o discurso do adolescente “herói”, requisitado pelos companheiros de delitos e respeitado pelos adolescentes internos, que por sua vez, reconhecem quem possui esta representação devido à sua trajetória pessoal.

O corpo reflete a vida. Em outros casos, não existem perspectivas, pois a forma como ele viveu até o presente momento foi no espontaneísmo, as situações foram se desenrolando a revelia do próprio

adolescente. Defendem a posição de quem não optou pelas adversidades e as resolve como pode e ou aprendeu, nas suas falas são elaboradas articulações e justificativas constantemente, que encadeiam um fato ao outro sem que o adolescente tenha controle sobre eles.

Por fim a última fala, é uma das que caracteriza a ausência de conceitos concretos sobre o significado do corpo, no entanto, SÁ (2000, p. 48) destaca que “devemos reconhecer que uma dificuldade para a identificação prévia dos fenômenos de representação social é dada pela possibilidade de um determinado objeto não ser socialmente representado por um dado grupo e que, não obstante, seus membros falem sobre tal objeto”. Apesar de relatar cuidados com o corpo tais como ducha diária, alimentação, demonstrar medo de doenças sexualmente transmissíveis, observar o seu tônus muscular e a preocupar-se em remodelar as tatuagens amadoras, quando questionado conceitualmente sobre o próprio corpo o adolescente demonstrava não possuir palavras para se expressar.

Compreende-se o corpo e sua representação como um ato social que necessita das conceitualizações construídas a partir das relações com o outro, aquele que lhe atribui significância. "O corpo é um objecto social, um objecto público, no sentido em que as representações que dele temos são socialmente construídas e partilhadas e porque é, por excelência, um objecto de troca social. O corpo é matéria e é signo. É objecto de troca e de consumo" (ALFERES, 1987, p. 212).

Entendo desta forma que os conceitos que são socializados e transmitidos nos diferentes contextos sociais em que o adolescente transita são orientadores de práticas higiênicas que salvaguardam a existência saudável do mesmo, assim como a superação dos danos físicos são demonstrações de um corpo audaz, bravo, aguerrido, pronto para enfrentamentos cada vez mais ousados.

Geralmente, os adolescentes não revelam suas façanhas de maneira vantajosa, esta atitude é oriunda dos companheiros de contravenção ou circula nos comentários e questionamentos sobre o novo interno. É comum os adolescentes obterem informações sobre o delito cometido pelo adolescente quando este adentra o CASE. No entanto, nenhum interno revelou a fonte das informações, pois esta corre “a boca pequena”.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à própria perda de liberdade ou enclausuramento que passam os adolescentes internados. Percebi ao longo das observações e diálogos que estabeleci com os diferentes segmentos do CASE, a construção social de representações acerca dessa problemática. Apesar dos meus estudos não adentrarem efetivamente na construção social dos procedimentos e/ou regras de disciplinarização e controle adotadas na Instituição, a partir da minha inserção tal fenômeno apresentou-se de maneira contumaz, não podendo ser distinto, pois a influência da Instituição resgata o que GÖELNER (2003, p. 29), afirma “os corpos imersos na sociedade se alteram de acordo com as condições de vida, à idade, mudam de acordo com as imposições sociais, acomoda-

se às exigências da moda e pelas intervenções tecnológicas”. Até mesmo o caráter "estável, universal e trans-histórico do corpo" pode ser questionado, pois se mostra multi-facetário, falando várias línguas, expressando vários sentidos e significados "ele engana e ilude".

Durante a elaboração das questões que abarcassem as representações sociais de corpos dos adolescentes em conflito com a lei, muitas características destacadas por identificar ou caracterizar os comportamentos, atitudes e discursos se contrapunham e apresentavam-se contraditoriamente no mesmo adolescente. Os adolescentes internos, com o passar das medidas de internação, apropriavam-se do discurso adotado pela Instituição, eram capazes de corresponder às expectativas que lhes possibilitasse a progressão da medida ou manutenção das atividades externas. Presenciei situações em que o adolescente se julgava pronto para assumir uma nova vida, com novas oportunidades, afastado de delitos, no entanto, retornava ao CASE por mais um ato delituoso. Em outras situações os adolescentes obtêm a oportunidade de sair nos finais de semana, orientado para retornar e afirmando consciência e comprometimento, mas não retorna e configura-se como fugado da Instituição.

Para FOUCAULT (1987, p. 141),

pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação de tempo), é combinatória (pela composição das forças).

A disciplinarização de que nos fala M. Foucault é compreendida quando se adentra no interior da Instituição e observa-se como é construído o controle do corpo, pois os processos internalizados pelos adolescentes combinam-se de maneira a adaptar-se ao contexto. Os corpos que se encontram privados de liberdade encontram estes meios de adaptação, pois existe a forma mais confortável de estar no CASE. Alguns adolescentes, com mais de uma internação, afirmaram que na primeira internação xingavam, gritavam com os monitores, agrediam gratuitamente os outros adolescentes, não aceitavam passivamente palavras inapropriadas ou ofensivas aos membros da família. *“Quando eu cheguei, cheguei agitando, bah eu cheguei e fui um diabo nesta Casa. Quando eu fui pra Porto Alegre em pouco tempo já tava agitando lá também”*.

No entanto, no decorrer das contínuas internações o aprendizado sobre a rotina e as lógicas dos membros da Instituição são incorporadas e adotadas como práticas que favorecem o bem estar durante a internação. Os comportamentos, discursos, olhares, gestos, correspondem ao ideal do bom adolescente que acaba por ser internalizado pelos internos como uma forma de obter benefícios e avanços nas medidas cumpridas.

Para mim, foi imprescindível compreender esta dinâmica para que eu pudesse refletir sobre os corpos que são disciplinados pelo sistema e emitem discursos que aparentemente são contraditórios às atitudes ou comportamentos demonstrados no interior do CASE, ou que ao longo da mesma internação alteram-se de maneira significativa. Foi o caso de um

adolescente que ao ser internado pela primeira vez no CASE, gritava, batia com os pés na porta de ferro do seu dormitório, proferia palavras de baixo nível ao monitores ou quem despendesse atenção a ele. Um dos monitores, na época, relatou-me que o adolescente havia defecado e urinado no dormitório e que posteriormente arremessou seus dejetos no corredor do setor em que se encontrava alojado. Após uns cinco meses de internação, observei que o mesmo adolescente apresentava-se mais sociável, freqüentando a escola e as atividades externas, regularmente. Orientando minha leitura sobre este fato, FOUCAULT (1987) destaca que,

se o princípio da pena é sem dúvida uma decisão de justiça, sua gestão, sua qualidade e seus rigores devem pertencer a um mecanismo autônomo que controla os efeitos da punição no próprio interior do aparelho que os produz. Todo um regime de punições e de recompensas que não é simplesmente uma maneira de fazer respeitar o regulamento da prisão, mas de tornar efetiva a ação na prisão sobre os detentos (p. 206).

Compreendendo que o sistema de privação de liberdade possui regras/normas que regulam os comportamentos e através das reflexões estruturei três questões que buscam abarcar as diferentes construções das representações sociais de corpo dos adolescentes internos do CASE com os quais obtive contato. Isto não significa que os adolescentes encaixem-se numa ou noutra questão de forma estanque, pelo contrário é preciso dizer que os corpos são plurais, múltiplos e ambíguos, dependendo da

situação, do momento específico, podem estar relacionados a uma ou outra possibilidade ou ainda apontar para outras possibilidades.

Chego por fim, na tentativa de desmistificar ou apresentar com maior propriedade a representação social de corpo dos adolescentes internos do CASE, pois “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, em familiar” (Moscovici apud SÁ, 1996, p.48). Desde que possamos falar sobre alguma coisa, avaliá-la e assim comunicá-la, então podemos representar o não-usual em nosso mundo usual, a neutralidade é proibida pela própria lógica do sistema em que cada objeto deva ter um valor positivo ou negativo.

No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra sua unidade, o verdadeiro e o ilusório não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria, que ela manifesta ou esconde, ao mesmo tempo sua verdade, bem como o lugar que lhe cabe na lógica da história (Backzo apud MARTIN, 2000, p. 56).

Considerando os aspectos já discutidos, apresento a seguir as três questões que construí:

Os Corpos Silenciosos

Conhecer a realidade e o desenrolar das experiências dos adolescentes que se encontram internados no CASE, revelou um grupo

significativo de sujeitos que estava vivenciando a experiência da internação pela primeira vez. O histórico de vida não contemplava o hábito de cometer delitos considerados mais graves. Em geral, eram adolescentes retraídos, de poucas palavras e que cumpriam a medida sócio-educativa de curta duração, aproximadamente quatro meses. Estavam na Instituição pelo fato de terem cometido delitos como assalto, arrombamentos ou até mesmo afirmavam não ter cometido o delito, mas encontravam-se acompanhando o responsável. Entendiam a internação como um pagamento pelo erro que cometeram e como uma amostra do ambiente hostil que encontrariam pela frente se permanecessem cometendo delitos, felizmente, ocorreu durante a adolescência, pois se acontecesse posteriormente, o encaminhamento seria outro.

Constatei que esses adolescentes apresentavam maior respeito às regras e aos funcionários existentes na Instituição, mantendo um relacionamento amistoso e de confiança com os monitores, pois confiavam sua integridade física a eles. Inclusive diante de alguma repressão oriunda de outros adolescentes, procuravam a monitoria para que repreendessem ou levassem às pessoas competentes os adolescentes agressores. Demonstravam confiança nas regras e limites que a Instituição estabelecia. Para estes internos, a experiência da internação é um fato vergonhoso, mas superável, pois confiam que foi um fato isolado que não tornará a se repetir. Relatavam que não existiam precedentes de envolvimento com delitos de nenhum membro familiar e o consumo de

entorpecentes ocorreu devido a curiosidade, não se tornando um hábito ou vício.

Questionei-me em alguns momentos se estes adolescentes realmente necessitavam se envolver com o ambiente hostil e problemático que é o Centro de Atendimento Sócio-Educativo, pois apesar de todas as evoluções conceituais ainda carrega o pesado estigma da FEBEM e suas práticas. Como nos fala FOUCAULT (1987), a obviedade do mal necessário que se tornaram as prisões não possibilita a construção de uma nova forma de solução. “Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”.

Os adolescentes que possuem essas características demonstram-nas desde o vestuário até a linguagem que utilizam, usam roupas modestas e de feitiço tradicional, calçavam chinelos de tiras nos dias de verão e nos dias mais frios tênis¹⁹. Enquanto encontravam-se na sala-de-aula mantinham-se calados, realizando as atividades das disciplinas. Correspondiam aos pedidos das professoras, sem questionamentos ou discussões. Eu obtinha as informações sobre estes adolescentes em conversas informais durante o período das aulas e em alguns casos, a partir dos relatórios construídos por mim e pela orientadora educacional. Nenhum deles foi entrevistado devido ao critério de seleção estipulado em que o adolescente deveria ter mais de uma passagem pelo CASE.

Os casos que constatei e servem de exemplo para esta questão, ampliam significativamente a discussão sobre a internação de

¹⁹ Da marca Bamba, tênis popular muito utilizado na década de 1980 do século passado.

adolescentes com pouca experiência ou até mesmo ingênuos, numa realidade composta de elementos embrutecedores. Para Foucault (1987, p.222), “a prisão não pode deixar de fabricar delinqüentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa”. As atividades fornecidas pela Instituição são compatíveis ao que este autor discute, independente dos termos utilizados, mantenho a convicção de que a realidade expressa por ele aplica-se na íntegra ao CASE.

É notória a distinção destes adolescentes no que se refere ao entendimento da internação e durante o cumprimento da medida, são adolescentes oriundos de famílias humildes, agricultores e/ou urbanos da periferia da cidade. Os seus corpos refletem esta humildade, deslocam-se quietos, cabisbaixos e geralmente não procuram amizades no CASE, não se sentem à vontade para discutir ou explicar o seu envolvimento com o delito. Demonstram o desejo de sair o mais rápido possível da Instituição e esquecer que um dia estiveram ali.

Os Corpos Forjados

*“Disparo contra o sol/Sou forte, sou por acaso/Minha metralhadora
cheia de mágoas/ Dias sim, dias não/Eu vou sobrevivendo sem um
arranhão/Da caridade de quem me detesta/(...) E assim nos tornamos
brasileiros” (Arnaldo Brandão/Cazuza).*

Este grupo engloba um número maior de componentes, com os quais manteve contato durante o período de observação. O número de internações não se configura como referencial para determinar esta construção, pois como constatei, em alguns casos, o adolescente já vinha cometendo delitos por mais de um ano e só foi conduzido ao Juizado da Infância e da Juventude em função do último delito cometido. O que os distingue é a capacidade de acomodar os seus discursos de acordo com a exigência da situação ou a presença de um interlocutor. São gentis, não demonstram agressividade, são bem articulados e informados nas suas falas e buscam não se apresentar ou se identificar perante os outros como assaltantes ou adolescentes em conflito com a lei.

Tive a oportunidade de conversar com um adolescente que sentou “na” mesa do refeitório e disse que o que fez na vida não foi por ausência de recursos financeiros ou orientado por outras pessoas, fez porque fazia parte da índole dele. Ao final da nossa conversa me questionou se ele representava perigo ou alguém capaz de matar ou ferir gravemente alguém, já que a sua aparência foge aquela comumente veiculada. Ou seja, o adolescente compreende o jogo que produz a aparência do assassino, do psicopata geralmente apresentada como regra e sente-se superior às investidas dos psicólogos do CASE quando se afirma ser uma pessoa sem problemas.

Neste sentido, a partir desta questão construída, é importante salientar as finalidades das representações que Abric apud SÁ (1996), sistematizou em quatro funções essenciais, das quais destaco para este

momento a função de orientação, onde as representações produzem um sistema de antecipação e de expectativas, constituindo uma ação sobre a realidade; seleção e filtragem de informações e interpretações visando tornar esta realidade conforme a representação. Refletindo a natureza das regras e dos laços sociais, a representação é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social. Na grande maioria, os adolescentes aprenderam a conviver com as regras e as expectativas geradas em torno de suas práticas. Demonstrem entendimento sobre sua postura delituosa perante a sociedade, mas ao burlarem as leis e não serem pegos pela polícia, revelam-se orgulhosos de seus atos.

Estes adolescentes são displicentes e debochados, questionam a todos sobre qualquer assunto, buscam o conflito e por vezes mostram-se provocativos. Demonstrem conhecimento sobre as leis, principalmente as que competem a eles e se apropriam no discurso do “*menor de idade*”. Em alguns momentos se tem a certeza da mudança de comportamento, caráter, de perspectivas pela qual o adolescente passou durante a medida sócio-educativa na Instituição. No entanto, não é estranho que este mesmo adolescente que afirme estar pronto para reintegrar-se à sociedade, fuja da Instituição na primeira oportunidade. Concordam com as orientações dos professores, compreendem a função social do Centro, em alguns casos, convertem-se às palavras proferidas por algumas religiões e acatam as ordens de todos. Não significa, contudo, que se possa afirmar que tal mudança ocorre de maneira tão contundente.

A assunção do delito é comentada em situações esporádicas, às vezes para caçoar da própria infelicidade ao serem pegos ou para contar vantagem perante os outros adolescentes. São adolescentes amistosos, comunicativos, expressivos e inteligentes, ignoram a importância da escola para o futuro profissional, mas gostam de tê-la no CASE como uma distração. Não há de se estranhar se alguns deles, motivados pelo quadro de professores e professoras, progridam nos cursos supletivos. Contudo, são passíveis de mudar seus humores e tornarem-se agressivos por qualquer desentendimento. Não teme as punições ou conseqüências dos seus atos, pois conhecem os seus direitos e fazem uso dos mesmos. Dizem que não provocam ninguém para não serem provocados, mas não existe um limite ou fronteira que especifique o que significa a provocação.

Os vestuários, tatuagens e adornos são mais elaborados. É comum observar roupas, bonés e tênis de marcas famosas, usam bermudas e camisas largas. Apresentam cortes de cabelos estilizados e usam anéis, pulseiras e colares com motivos jamaicanos. Fazem apologias sutis à maconha nos dizeres das camisas, tatuagens e pingentes. Nas salas de aula contam anedotas, riem dos outros e das situações em que cada um se envolveu. Relatam a presença dos pais e namoradas que vem visitá-los nos finais de semana ou quando os encontram nas saídas.

Dialogar com estes adolescentes me fez refletir, durante muito tempo, que eles não são diferentes dos adolescentes que não se envolvem com delitos, que freqüentam a escola, tem grupos de amigos, envolvem-

se com entorpecentes e que nos fins de semana vão às boates. Pode representar uma obviedade, no entanto, acredito que este esclarecimento represente a exposição da linha tênue que separa a adolescência em conflito com a lei dos demais adolescentes. Nestes casos não existem correlações de situações que propiciaram o envolvimento do adolescente com a contravenção. O fator econômico não foi identificado como a razão principal que os motivou a iniciar os delitos, pois relataram que os pais tinham um emprego estável, recebiam um salário que proporcionava conforto em casa, enfim, não conseguiam precisar o principal motivo.

Estes adolescentes também possuem uma característica comum, são potencialmente articulados nos seus discursos, revelam-se informados sobre os fatos da atualidade, defendem-se sobre o consumo de entorpecentes com o fato de que médicos, pais de família, advogados que consomem maconha com os filhos em casa, são no seu entendimento pessoas, “*cidadãos de bem*” que não consumiriam se não fizesse bem ou se prejudicasse. São adolescentes que durante diálogos que esclareçam os usos e malefícios dos entorpecentes, demonstram-se surpresos não significando, contudo, que mudam suas representações mais profundas sobre o que sabem e vivenciaram ao longo de suas vidas com relação às drogas.

O corpo para estes adolescentes representa o limiar do consumismo e da vaidade que a sociedade estimula. Observei em uma oportunidade, que as unhas foram tratadas devido ao pedido de dois adolescentes que fora do CASE costumavam lixá-las e pintá-las com base transparente.

Perguntei a outro adolescente se tinha cuidados específicos com os cabelos compridos e lisos. Respondeu-me que quando estava fora do CASE fazia até tratamento com cremes, mas que internado tornava-se difícil manter estes cuidados, pois mal conseguia lavar com um xampu de boa qualidade. E ainda complementou dizendo que seu cabelo estava muito mal tratado desde que foi internado.

Nas conversas em sala de aula nenhum adolescente fez comentários questionando a sexualidade em decorrência do excesso de zelo com os cuidados do corpo, pelo contrário todos se queixaram por não poderem se cuidar como costumeiramente faziam. Assim, as palavras de GÖELNER (2003, p.29), exemplificam a complexidade do corpo

um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem de que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos.

Nestes adolescentes encontra-se o questionamento mais enfático e menos esclarecedor no que se refere ao envolvimento com a contravenção, uma vez que demonstram habilidades comunicativas, desenvoltura social, capacidade de resolução de problemas, sendo criativos e críticos.

Os Corpos Transgressores

“Minha papoula da Índia/ Minha flor da Tailândia/És o que tenho de suave/ E me fazes tão mal” (Renato Russo).

Por fim, destaco o grupo de adolescentes dos quais obtive os relatos mais contundentes e não-familiares, considerando o meu universo cultural. Destaco que durante esta aproximação foi imprescindível resgatar o olhar de alteridade, pois viver em sociedades humanas é viver sob a orientação da lógica das convenções, as pessoas se comportam de acordo com as convenções estabelecidas, podendo ser determinado que tanto a vida psicológica, quanto à coletiva, é composta de representações (RODRIGUES, 1975). Quando me propus analisar os corpos dos adolescentes em conflito com a lei à luz da teoria das representações sociais, construí meu entendimento das relações sociais e suas influências.

A característica marcante deste grupo de adolescentes é a relação assumida com a contravenção ou a prática de delitos, uma vez que não escondem ou omitem seus delitos por entenderem como práticas comuns ao seu meio social. Ao concederem as entrevistas apresentaram um discurso que justificava constantemente seus atos, onde os delitos são entendidos como consequência da vida desprovida de bens materiais ou de relacionamentos afetivos estáveis. Tais representações desempenham um papel de acordo com Abric apud SÁ (1996), as representações intervêm no curso das ações, permitindo que os atores sociais expliquem e justifiquem suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes. Constituindo-se como função justificatória, que fica

claramente destacada quando o adolescente afirma “*começou a faltar bagulho na baia né dona, comecei a meter uns arrombamentinho, barbadinha pensei né, e foi indo a minha ficha eu fui indo e nunca vinha preso né dona, ah ia metendo*”.

A vida de contravenção construiu a história destes adolescentes, em média com 12 anos começaram a utilizar algum tipo de entorpecentes, tais como maconha, cocaína, crack e loló²⁰. Iniciaram por curiosidade, algumas foram experimentadas e descartadas, outras se tornaram vícios. Um dos adolescentes comentou que gosta de ser usuário de cocaína e não consegue ficar um dia sem consumi-la, no entanto, em nenhum momento diz ser dependente da droga e afirma que pára quando quiser e exemplifica que com sua estada no CASE, consegue ficar quatro meses sem consumir nenhuma droga se assim desejar. Houve relatos de overdoses, mas diziam que após passar o mal-estar continuaram a consumir drogas.

Apenas um adolescente se considerou dependente das drogas, ressaltando que quando sai para as ruas é difícil manter-se afastado, já que seus companheiros consomem regularmente.

As drogas incitam o vício que em consequência incita furtos, arrombamentos, assaltos, desmanches de carros, enfim, todo tipo de delito que possa gerar dinheiro. Necessitam manter o consumo que cada vez se torna mais dispendioso. Os adolescentes relatam que quando dão sorte num assalto podem obter de R\$500 a R\$3.000. Esta relação com a

²⁰ Cola de sapateiro com solvente de tintas. Droga comumente utilizada devido ao baixo custo financeiro.

obtenção rápida de dinheiro instiga-os a permanecer neste ciclo de contravenções. Idealizam uma quantia que os faria parar de cometer delitos, afirmam que após obterem a soma desejada largariam esta vida.

Questionados sobre as consequências que acarretam seu estilo de vida, respondem que *“quem tá na chuva é pra se molhar”* e que *“se não fizer o outro faz”*. Efetivamente três adolescentes relataram que estiveram perto da morte, um deles pensou que minutos antes deveria ter desferido o tiro no dono do estabelecimento matando-o, pois assim não teria sido atingido pelo mesmo com dois tiros nas costas. Enquanto me contava os detalhes do incidente ria quando se recordava do sangue que ensopou a camisa e de ter colocado o dedo dentro do orifício causado pelo projétil.

De acordo com as observações e diálogos que realizei com os adolescentes constatei que os que menos possuem condições econômicas aproximam-se da representação de um corpo embrutecido, são os que dispensam os mínimos cuidados com vestuário, cabelos, cicatrizes ou enfrentamentos que provoquem lesões. O corpo está a serviço das exigências e dos conflitos armados a que se expõe. Sentem-se orgulhosos quando enfrentam ou provocam a polícia nos tiroteios e escapam ilesos.

As marcas não são consideradas referências, pelo contrário, são sinais que gostariam de apagar. Quando perguntei se tinham cicatrizes no corpo, em média, cada adolescente apresentou cinco, provocadas por cacos de vidro, barras de ferro, facas e projéteis de armas de fogo de diferentes calibres. Estes adolescentes encontram-se num patamar de

violência, de desvalorização da vida pessoal e alheia, que suas falas, olhares, comportamentos denotam a corporeificação da exclusão, da miséria, da desigualdade social e da marginalização.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. A Construção das Representações Sociais de Corpo

Como afirmei anteriormente este trabalho pontua uma trajetória pessoal e profissional, na qual busquei ao longo dos meus estudos constatar, relacionar e compreender as influências da desigualdade social que impera há séculos em nosso país. Tal caminhada fez-se sob a perspectiva das representações sociais que, no meu entendimento, ilustram esta imperativa e fatalista realidade refletida no corpo social. Através de LE BRETON (2002), destaco esta consonância, pois viver consiste em reduzir continuamente o mundo ao corpo, através do simbólico que este encarna. E por encontrar-se no centro da ação individual e coletiva e do simbolismo social, o corpo é um elemento de grande alcance para uma análise que pretenda uma melhor apreensão do presente.

Deste modo, desvelar as representações do corpo dos adolescentes em conflito com a lei que se encontravam internados no CASE da cidade de Santa Maria, revelou matizes significativas dos diferentes corpos, construídos na imensidão da heterogeneidade, pluralidade e contraditoriedade da sociedade contemporânea.

Possibilitada a minha imersão neste contexto, diferentes representações de corpo emergiram, potencializadas pelo momento conflituoso que caracteriza a privação de liberdade, no entanto, inevitavelmente tais representações não se ausentaram de refletir o tecido social, econômico, histórico e cultural no qual são construídas nossas significações e valorações acerca do corpo.

As representações construídas pelos adolescentes em conflito com a lei sobre a relevância da internação na sua história pessoal são decorrentes das distintas experiências de vida. Todos os adolescentes com os quais conversei relataram situações adversas sejam de caráter familiar, econômico, de amizades ou de envolvimento com entorpecentes. Os adolescentes, que se encontravam internados pela primeira vez, demonstravam estar inadaptados ao CASE, intentavam demonstrar que não pertenciam àquele lugar. Ressaltavam suas habilidades para o trabalho, cursos profissionalizantes que freqüentaram, sua função, muitas vezes, de arrimo familiar e, por fim, a fatalidade de terem se envolvido com delitos. A linguagem e comportamentos adotados na Instituição pelos outros adolescentes internos não continham o mesmo significado e nem a mesma compreensão, não faziam parte de seu mundo tais expressões. A partir destas características, denominei-os como os corpos silenciosos, pois se calavam diante do novo, do inesperado, do hostil, da agressão. Encontravam-se presentes num contexto que não lhes possibilitava interações, no silêncio, ausentavam-se, camuflavam-se e fugiam dos enfrentamentos físicos, verbais, das adversidades. Para resgatar a complexidade e a ilusão contida nos corpos, os corpos silenciosos não incluem apenas os adolescentes humildes, tímidos e inexperientes no CASE, mas também, aqueles que ocultam propositadamente sua trajetória, não permitindo divagações ou constatações sobre sua (s) internação (ões). Nas oportunidades em que me aproximei destes adolescentes percebi o poder existente na ausência

da fala ou do discurso, pois os olhares, a indiferença ou respostas emitidas entre os dentes criam um afastamento que impõe medo e/ou respeito. Em ambos os casos, os corpos mostraram-se passivos, côncavos, observadores mais que observados, são corpos que não se “espavoneiam”, ou seja, não dão amplitudes aos gestos, histórico de vida ou sobre seus delitos. Possivelmente saiam do CASE sem muito o que dizer sobre eles.

Contrariamente aos corpos silenciosos, encontrei os adolescentes que não perdem a oportunidade de compartilhar seus revezes e sucessos pessoais. Não omitem seus delitos por considerá-los de pouca gravidade e apresentam discursos articulados que defendem sua posição social menos privilegiada na sociedade, justificando desta forma, o envolvimento com a contravenção. Ao nomeá-los corpos forjados, busquei destacar sua principal característica: a disposição para aprender. Demonstravam a capacidade constante de adaptação, aprendiam com o contexto, ensinavam, construíam e reproduziam simbolismos, representando-os com convicção. Mostravam-se dispostos a transgredir da maneira mais astuta as regras da sociedade, nestes, a inclinação para a aventura e o perigo são motivações, o que não percebem ou ignoram é que com o passar do tempo, a contravenção não significa apenas opção, mas a única possibilidade. Ao corpo são despendidos tratamentos que vão desde o cuidado com a estética até elementos identificadores das práticas sociais. Ao observá-los destacavam-se os vestuários, as roupas com marcas famosas, as tatuagens rebuscadas, os pingentes, pulseiras e

brincos, assim como camisetas estampadas com a representação de bandas nacionais e internacionais e letras de músicas. Não é possível, a princípio, articular o “bandido” relatado por eles nas ações delituosas ao adolescente amistoso, comunicativo e sorridente com o qual se estava dialogando. Esta ambigüidade é considerada por alguns como proposital, pois não querem rótulos que os classifiquem ou os discriminem pejorativamente, por isso a imagem deve ser preservada. Mas também, não abrem mão do histórico que os identifica em suas comunidades ou até mesmo na Instituição. Não admitem a opacidade, característica de alguns adolescentes, mas não ambicionam ser reconhecidos pela criminalidade.

Por fim, os corpos transgressores revelaram-se na assunção da contravenção refletida no corpo sob a forma de discursos e atitudes indiferentes, por vezes, irônicas e fatalistas. Ao ouvir seus relatos encontrei a desvalorização da vida, a banalização da violência, a incorporação da rudeza. O entendimento de que o corpo exposto aos conflitos armados se recupera constantemente e que nem mesmo a eminência da morte os surpreende, desnuda o ápice da desumanização. Falar sobre o próprio corpo não carrega significados ou conceitos esclarecidos. Quando realizei as entrevistas com os adolescentes, refleti acerca das respostas evasivas quando se referiam ao significado do corpo. Neste sentido LE BRETON (2002, p. 13), conclui

Aunque el sujeto tenga solo una comprensión rudimentaria del mismo, le permite otorgale sentido al espesor de su carne,

saber de qué está hecho, vincular sus enfermedades o sufrimientos con causas precisas y según la visión del mundo de su sociedad; le permite, finalmente, conocer su posición frente a la naturaleza y al resto de los hombres a través de un sistema de valores.

Neste sentido, foi necessário conhecer além das superficialidades do corpo que se deixa ver. Quanto mais me aproximei da desumanização dos corpos destes adolescentes, mais destaquei sua humanidade roubada. A combinação de gestos, palavras, olhares e comportamentos agressivos são em decorrência dos enfrentamentos diários a que são expostos nas ruas, quando se envolvem em conflitos armados, cuja única preocupação é com a própria sobrevivência, não importando nesses casos, se ferem ou matam alguém, uma vez que, sob sua perspectiva são sobreviventes que conseguem superar a morte a cada dia. Creio nas palavras de FREIRE (1987, p. 30), que refletem adequadamente esta relação:

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação de *ser mais*. É distorção possível da história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero.

Efetivamente, estes adolescentes amedrontam, surpreendem pela frieza e pela tranquilidade com que vivenciam a contravenção. Arraigada no sentimento de valorização e dignidade da vida humana, várias foram as oportunidades nas quais me questionei sobre as perspectivas destes

adolescentes, pois os ambientes nos quais estão inseridos não proporcionam outras possibilidades além das que já conhece, são reincidentes de práticas delituosas que afirmam não querer/poder abandonar. E por fim, são colocados à margem da sociedade.

Este estudo sugere uma aproximação efetiva da sociedade com seus párias, pois as razões para suas existências são geradas pelas diferenças sociais que ignoram princípios construídos socialmente em busca dos direitos humanos. Não entendo como plausível que os esforços em torno dos “esfarrapados do mundo”²¹ seja um ato de poucos, pois ninguém pode se eximir do ato de compreender e melhorar as relações humanas. Falo com o poder de alguém que conheceu um contexto, pessoas e histórias de vidas forjados no extremo das desigualdades sociais, políticas e econômicas e que, possivelmente, não compartilham da realidade das minorias da população brasileira, no entanto, estão a nossa volta, nas ruas, nas praças, nos ambientes públicos lutando pelo seu espaço. Somente nos deparamos com esta problemática social quando somos envolvidos pela sua teia, em atos violentos, em certa medida reconhecemos o poder da discriminação, da pobreza e da exclusão, mas neste momento, emergem os discursos das vítimas, de quem não se responsabiliza pelo caos.

A oportunidade de realizar esta pesquisa no Centro de Atendimento Sócio-Educativo de Santa Maria, representou responsabilizar-me com a conclusão deste trabalho, pois adentrei numa realidade que congregava

²¹ Fala de Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1996).

perspectivas econômicas, sociais, culturais, humanas e históricas que delineavam um quadro de evolução conceitual do tratamento despendido à adolescência em conflito com a lei no estado do Rio Grande do Sul. Mas, principalmente, por buscar este resgate e relacioná-lo com os adolescentes com os quais travei diálogos, realizei observações e entrevistas é que concluo, talvez o óbvio, no entanto o mais coerente com o trabalho desenvolvido. Por mais que a Instituição esteja empenhada em cada um dos seus servidores a re-socializar, educar ou somente privar de liberdade os adolescentes, tal atitude ainda é proveniente da distinção e da aglomeração de indivíduos que penalizaram a sociedade. A Instituição não é entendida como uma nova oportunidade, mas como um espaço destinado à “delinqüentes e bandidos”, esta é a representação tanto de quem é internado, quanto do senso comum, basta dialogar com pessoas que desconhecem o ambiente do CASE. Por mais que tais evoluções conceituais sejam construídas e justificadas juridicamente, a adolescência em conflito com a lei torna-se um conceito universal, independente dos fatores que propiciaram e culminaram em tal situação.

Cada adolescente que se encontra internado é parte de uma família, de uma comunidade e de uma sociedade, portanto, não são indiferentes às influências que o cercam, estas podem ser amenas ou severas, mas responsáveis pela construção deste sujeito. Ao que tudo indicava existir um perfil de adolescente em conflito com a lei, minha pesquisa revelou a falácia desta afirmação, pois os adolescentes que lá se encontravam não se distinguem dos adolescentes que conhecemos em nossas relações. E

isto me surpreendeu, pois o ponto de convergência ou divergência que afasta ou aproxima estes adolescentes da criminalidade é imperceptível. Acredito que enquanto a criminalidade for condenada à separação, ao afastamento social, a reflexão sugerida pela solidão, continuaremos a considerá-la como um fenômeno distante, isolado, afastado da realidade social. Uma temeridade que se encontra no outro, no distinto, no diferente.

Um ponto positivo a ser valorizado, no meu entendimento, encontra-se na educação inserida nestas Instituições, pois apesar de sua defasagem nas experiências externas ao CASE, no decorrer da medida sócio-educativa, os adolescentes demonstravam maior interesse e dedicação, pois o processo de ensino era diferenciado, valorizava-os como sujeitos, encarnados de subjetividades e histórias pessoais.

Os adolescentes internos do CASE revelaram-se criativos, críticos, audazes, superadores e vencedores, talvez não da maneira que idealizamos, mas da maneira que aprenderam na vida. Tais características proporcionariam um trabalho pedagógico, social e econômico distinto, preocupado com a superação da realidade da qual os adolescentes são oriundos, pois a máxima de que “ninguém dá o que não tem” aplica-se quando não observamos um investimento no futuro destes adolescentes, por vezes a Instituição é um ambiente mais salutar que a própria comunidade destes sujeitos.

CAPÍTULO V

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E. Infância e Juventude: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil. In: **Linhas- Rev. do Programa de Mestrado em Educação e Cultura**- Florianópolis- UDESC. p. 73-95. Julho/2001.

ALFERES, V. O corpo: Regularidades discursivas, representações e patologias In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 23,211-219, 1987.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2ª edição, 1981.

ARPINI, D.M. Adolescência e violência: reflexões a partir da história. **Revista Psicologia Argumento**. Nº24, p.99-112. Curitiba: ed. Universitária Chamsgnat, 1999.

ARRUDA, A. teoria das representações sociais e teorias de gênero. In: **Cadernos de Pesquisa**. Nº 117 . Fundação Carlos Chagas. Ed. Autores Associados. Nov/2002.

BRUNHS, H. O corpo contemporâneo In **O corpo e o lúdico**. BRUHN & GUTIERREZ (orgs.) Campinas: Autores Associados, 2000.

CARDOSO, C. Uma opinião sobre as representações sociais. In: **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar/** Ciro Flamarion Cardoso, Jurandir Malerba (orgs.)- Campinas, SP: Papirus, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2 ed.- São Paulo: Cortez, 1998.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. Disponível em<http://www.unicef.org/brazil/decl_dir.htm> Acesso em: 23/06/2004.

DEMO, P. **O charme da exclusão social**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 05/06/2003.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO. Disponível em <www.fase.rs.gov.br>. Acesso em: 05/06/2003.

FINOQUETO, L; RAUBER, A; JAEGER, A. Corpo: um estranho que reside no imaginário de crianças e adolescentes em situação de rua In: **Anais II Congresso Latino-Americano/ III Congresso Brasileiro de Educação Motora**, Natal-RN, 2000.

FINOQUETO, L; JAEGER, A. Violência e exclusão: marcas presentes na corporeidade de crianças e adolescentes em situação de rua In **Anais 1º Pré-Conbrace Sul**, Pato Branco-PR, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. Nascimento da prisão**. 14 ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GOMES, M. No cru é que estão as proteínas. **Dissertação de Mestrado**, UGF, 1994.

GONÇALVES, M. A. **Sentir, pensar e agir: Corporeidade e educação**. Campinas: Papirus, 1994.

GUARESCHI, P.A. JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) **Textos em representações sociais** – 5ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GUARESCHI, P. A. Categoria “excluído”. In: **Psicologia, ciência e profissão**. São Paulo, ano 2, nº 3 e 4, 1992.

GOELLNER, S., NECKEL, J., LOURO, G. (organizadoras) A produção cultural do corpo In: **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

JAEGER, A. A. **Representação corporal das crianças e adolescentes em situação de rua**. Dissertação de mestrado. Santa Maria, 1997.

JAEGER et all "Se essa rua fosse minha... " In: **16º Congresso Internacional de Educação Física- Fiep**. Foz do Iguaçu- Paraná- Brasil, 2001.

JODELET, D. **As representações Sociais/** Denise Jodelet, organizadora; Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

KEIL, I. Capitalismo Contemporâneo e exclusão (sobre relações de poder) In **Educação Unisinos Centro de Ciências Humanas**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- v.5, nº 9- São Leopoldo, 2001.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**/Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LANE, S. CODO, W. **Psicologia social: O homem em movimento**. 13ªed. -São Paulo: Brasiliense, 1994.

LANE, S. **O que é Psicologia Social**. Ed. Brasiliense, 21ª edição, São Paulo, 1994.

LE BRETON, D. **Antropología del cuerpo y modernidad**- 1ª ed.- 1ª reimp.- Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

LOURO, G. Corpo, Escola e Identidade. In: **Educação e Realidade** 25(2): 59-76. Jul/dez.2000.

MADUREIRA, M. O ser adolescente infrator: Significando a própria existência. **Dissertação de Mestrado**, UFMG, 1996.

MARCÍLIO, M. **História Social da Criança Abandonada**. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1998.

MARTIN, E.R.H. Sentidos de pesquisa para os autores de Educação Física: da mitificação ao imaginário utilitário. **Tese de Doutorado**, UFG, 2000.

MOSCOVICI, S. Por que estudar representações sociais em Psicologia? In: **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás**. V.30, nº 1. Goiânia: Ed. da UCG, jan/2003.

_____ Representações Sociais: investigações em Psicologia Social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NEVES, S. Os papéis sociais e a cidadania In **Psicologia e práticas sociais**. Andréa Zanella...[et al.] Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 1997.

PROGRAMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE- **PEMSEIS**. Disponível em <www.fase.rs.gov.br>. Acesso em: 29/06/2004.

RODRIGUES, J.C. **O tabu do corpo**. 2ª ed - Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

SÁ, C.P. **Sobre o núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____ **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro, UERJ, 1998.

SANTIN, S. **Educação Física da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. 3ª edição - Porto Alegre: EST, 2001.

_____ **Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade**. Ijuí: Liv. UNIJUÍ Ed., 1987.

_____Corporeidade e Educação Motora: Confluências e Divergências. **Anais do II Congresso Latino Americano de Educação Motora**. Natal- RN, 2000.

SARAIVA, J.B.C. **Desconstruindo o Mito da Impunidade Um Ensaio de Direito (Penal) Juvenil** - Brasília: 2002.

_____ **Medidas Socioeducativas e o Adolescente Infrator**-
<http://www.abmp.org.br/sites/saraiva/> 2001.

SENE, E. & MOREIRA, J.C. **Geografia geral e o Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: ed. Scipione, 1998.

SOARES, R. Adolescência: monstruosidade cultural? In: **Educação & Realidade**. 25(2):151-159. Jul./dez. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Estrutura e Apresentação de monografias, dissertações e teses- MDT/UFSM. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 5 ed.- Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Record: Rio de Janeiro, 1996.

ANEXOS

ANEXO A

QUESTÕES ANALISADAS

OBJETIVOS	GRANDES QUESTÕES	SUB-QUESTÕES	QUESTIONAMENTOS
Conhecer o contexto sócio-cultural em que são construídas as representações sociais de corpo dos adolescentes em conflito com a lei.	Família	*Estrutura e relacionamento familiar; *Envolvimento de membros da família com delitos;	Com quem moras? Como é o relacionamento com a tua família? Alguém na família já esteve envolvido com delitos?
	Nível sócio-econômico	*Ofício dos membros familiares; *Elementos sobre o padrão de vida;	Qual a profissão que os teus familiares desempenham? Tua família já esteve com problemas financeiros? Sentiste a influência das dificuldades financeiras pela a qual tua família estava passando?
	Naturalidade	*Cidade de origem; *Caracterização da comunidade e/ou bairro;	Em qual cidade nasceste? Considera a comunidade em que moras adequada para se viver? Existem casos de violência neste local?
	Escolaridade	*Nível escolar; *Repetência/Evasão; *Eventos frustrantes na escola;	Estudava antes de vir para o CASE? Qual série? Repetiu as séries ou desistiu de estudar? Quais os motivos? Tiveste alguma experiência ruim na escola?

	Vínculos sociais	<p>*Locais que frequênta;</p> <p>*Grupos de amigos nos quais participa;</p>	<p>Quais os lugares que costumava ir quando estava fora do CASE?</p> <p>Locais que não tinha acesso? Por quê?</p> <p>Quais as características que valorizas nos teus amigos?</p> <p>Como se formaram os grupos que tu participa?</p>
	Valores e modelos	<p>*Valores difundidos nos diferentes grupos sociais que participa;</p> <p>*Modelos na construção da atitude;</p>	<p>Existem valores importantes a serem aprendidos para pertencer a estes grupos?</p> <p>O que costumavam fazer quando se reuniam?</p> <p>Quais os grupos de pessoas que mais influenciam nas tuas opiniões?</p>
	Envolvimento com delitos	<p>*Fatos históricos de envolvimento com situações delituosas;</p> <p>*Importância da convivência com contravenção;</p>	<p>Quais os motivos que te levaram a cometer o primeiro delito?</p> <p>O que te levou a continuar o envolvimento com delitos?</p> <p>Cometer delitos te coloca numa situação diferenciada? Por quê?</p>

OBJETIVOS	GRANDES QUESTÕES	SUB-QUESTÕES	QUESTIONAMENTOS
<p>Identificar as práticas sociais, comportamentos e discursos presentes na construção da representação social de corpo dos adolescentes em conflito com a lei.</p>	<p>Grupos</p>	<p>*Dinâmica (lógica) para inserção nos grupos; *Os diferentes tipos de relações estabelecidas nos distintos grupos constituídos; *Valores difundidos pelas pessoas que interagem com os adolescentes;</p>	<p>As amizades feitas nas ruas seguem algumas regras para que todos se relacionem bem? Dos grupos de pessoas (família, amizades, escola, CASE, clube) com os quais mantiveste contato qual a principal diferença existente no relacionamento com eles? Poderia identificar quais os valores defendidos em cada grupo? Com qual havia maior identificação tua? Por quê?</p>
	<p>Comportamentos</p>	<p>*Comportamentos nas diferentes situações que se apresentam;</p>	<p>As tuas atitudes no CASE são de acordo com quais regras? Por quê? Existem situações em que tuas ações tornam-se mais agressivas? Qual o motivo? Como é necessário comportar-se para estar no CASE ? Teu modo de pensar e agir mudaram desde tua entrada no CASE? Por quê?</p>
	<p>Discursos acerca dos fatos vivenciados</p>	<p>*Compreensão acerca dos riscos e danos vivenciados;</p>	<p>Pensas nos riscos que corres ao entrar em conflitos armados? Existe algum receio de perder a vida ou ficar seriamente ferido? Por quê? Quem seria a maior pessoa prejudicada se algum dano ocorresse contigo?</p>

	<p>Internação no CASE</p>	<p>*Entendimento da situação de internação; *Concepção sobre o tempo despendido no cumprimento da medida sócio-educativa; *Aprendizagens construídas no CASE;</p>	<p>Como foi a experiência da 1ª vez que foste internado no CASE? E depois? O que significa estar cumprindo medida sócio-educativa? O tempo total das internações no CASE é entendido como? Qual a aprendizagem que tiras desta instituição?</p>
	<p>Atitudes no contexto institucional</p>	<p>*Atitudes valorizadas no CASE;</p>	<p>Como se deve agir e falar no CASE? Existem situações que te pressionam a agir de maneira diferente aos teus pensamentos? Quando? O adolescente que passa por esta experiência, estar internado no CASE, adotada comportamentos diferentes aos que tinha antes de entrar na instituição? Por quê?</p>
	<p>Drogas</p>	<p>*O uso e o papel das drogas; *A influência do consumo ou dependência nos delitos praticados</p>	<p>Usou ou usa algum tipo de droga? Qual? Procurou as drogas ou foi alguma influência de conhecidos? Desde que idade consome? Com que frequência consome drogas? Sente-se dependente? Qual a importância das drogas na tua vida? O que acreditas que a droga influenciou no teu modo de agir?</p>

	Corpo	<p>*Entendimento e usos do corpo;</p> <p>*Os símbolos e marcas nos corpos;</p>	<p>Quando há o envolvimento com agressões tu preservas a tua integridade física? Por quê?</p> <p>Quais os cuidados que mantém com teu corpo no CASE?</p> <p>Qual a utilidade que darias ao teu corpo?</p> <p>Expor teu corpo às brigas, tiroteios, facadas e sair com cicatrizes significam o quê?</p> <p>As tatuagens expressam algum símbolo ou são marcas estéticas?</p> <p>Entendes as drogas como substâncias tóxicas, prejudiciais à saúde? Por quê?</p>
--	-------	--	--

ANEXO B

**CÓPIA CARTA SOLICITANDO A REALIZAÇÃO DA PESQUISA
AO JUIZ DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
CURSO: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DO
MOVIMENTO HUMANO

Santa Maria, 14 de abril de 2003.

Ao Meritíssimo Juiz Dr. Gilberto La-Flor

Vimos por meio deste, solicitar a autorização do Juiz Regional da Infância e Juventude, Sr. Gilberto La-Flor para a realização da pesquisa intitulada: Representação Corporal dos Adolescentes em conflito com a lei: Impressões do cotidiano projetando expectativas, a ser realizada pela especializanda Leila Cristiane Pinto Finoqueto e sob a orientação da professora Ms. Angelita Alice Jaeger, na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASERGS).

Tem-se como objetivo principal, analisar a construção da representação corporal dos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas na FASERGS a partir da vivência destes na instituição. A escolha pela investigação desse fenômeno se deu pela experiência que se obteve durante três anos com o trabalho realizado nas ruas como educador social de rua, no projeto de extensão “Se essa rua fosse minha...”, onde se estabeleceu vínculo significativo com as crianças e os adolescentes em situação de rua.

Durante a realização das aulas, fez-se entrevistas com os adolescentes, os quais relataram as experiências na família, nas ruas e principalmente em instituições de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Durante este período de diálogos, observações e questionamentos, pode-se compreender que a vivência da violência constrói na representação corporal das crianças e dos adolescentes em situação de rua, comportamentos, valores e expectativas que representam seu aprendizado neste contexto social, afastando-os lentamente do pertencimento e da valorização enquanto seres humanos.

Pretende-se, a partir da sua autorização, estabelecer os contatos iniciais com os funcionários, professores, monitores e adolescentes, com diálogos, observações e entrevistas, descartando-se filmagens, fotografias ou quaisquer recursos tecnológicos para a exposição da identidade ou ameaça da integridade moral da população estudada. Sendo que para a construção da monografia, acredita-se ser necessário aproximadamente dez meses de contatos.

A contribuição social desta pesquisa encontra-se na compreensão e esclarecimento dos fatores que influenciam na representação corporal destes adolescentes, pois vivem na complexidade da marginalização e criminalidade, provenientes, por vezes, do descaso social.

Grata pela a sua atenção.

ANEXO C

REPORTAGEM DO JORNAL A RAZÃO